



Ministério da Defesa

Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica
Adestramento e Operações Militares da Marinha
Adestramento e Operações Militares do Exército
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil
Calha Norte
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos
Desenvolvimento da Aviação Civil
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária
Ensino Profissional da Aeronáutica
Ensino Profissional da Marinha
Ensino Profissional do Exército
Gestão da Política de Defesa Nacional
Mobilização para Defesa Nacional
Proantar
Produção de Material Bélico
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro
Recursos do Mar
Segurança da Navegação Aquaviária
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
Serviço de Saúde das Forças Armadas
Tecnologia de Uso Aeroespacial
Tecnologia de Uso Naval
Tecnologia de Uso Terrestre

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Defesa, foram utilizados R\$ 33,6 bilhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 35.399.108.939,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 33.361.053.978,00
Recursos não orçamentários previstos:	R\$ 1.164.209.010,48	Realizado não orçamentário:	R\$ 306.446.482,74
Total previsto:	R\$ 36.563.317.949,48	Total realizado:	R\$ 667.500.460,74

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 1,2 bilhão inscrito em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foi executado cerca de R\$ 1 bilhão.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Ministério da Defesa priorizou a atuação das Forças Armadas em iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico e social do país, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial. Destacam-se, a seguir, os principais resultados alcançados em 2005:

- Aquisição de 24 aeronaves AL-X destinadas ao policiamento do espaço aéreo para monitoramento da Região Amazônica.
- Aquisição de uma aeronave Embraer EMB-145 para o Correio Aéreo Nacional, aumentando o apoio médico e assistencial aos lugares mais distantes e menos desenvolvidos do país.
- Ampliação da área de abrangência do Programa Calha Norte (PCN), que passou de 74 a 151 Municípios, atendendo às demandas essenciais nas áreas de educação, saneamento básico e infra-estrutura em 21 Municípios carentes.
- Realização de 16 Operações de Assistência Hospitalar às populações ribeirinhas da Amazônia, totalizando 160.594 atendimentos em 558 localidades.
- Realização de exercícios de adestramento combinados, envolvendo as três Forças Armadas, possibilitando a elevação do grau de integração entre elas e, principalmente, dinamizando a eficiência operacional dos meios militares brasileiros.
- Formação de 24.775 jovens no âmbito do programa “Soldado-Cidadão”, por meio de cursos profissionalizantes, proporcionando-lhes capacitação técnico-profissional básica e formação cívica, de forma a melhorar as

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- condições para ingresso no mercado de trabalho.
- Realização, no escopo no Projeto Rondon, de duas operações em 33 Municípios dos Estados do Acre e Amazonas, com a participação de cerca de 350 estudantes universitários, buscando soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a ampliação do bem-estar dessas comunidades carentes.
- Participação em missões propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de apoiar e promover a reconciliação nacional no Haiti e no Timor Leste.
- Execução, pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), de obras e serviços referentes à ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária, elevando sua capacidade de 110 para 115 milhões de passageiros/ano, destacando-se os seguintes aeroportos: Aeroporto Internacional de Maceió, Aeroporto Internacional de Campinas, Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek, Aeroporto de Uberlândia, Aeroporto Internacional de Congonhas (São Paulo).
- Conclusão da implantação das instalações e do fornecimento de equipamentos e sistemas do Projeto SIVAM e recebimento final do software dos Centros Regionais de Vigilância (CRV) e do Centro de Coordenação Geral (CCG) do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), permitindo o monitoramento completo da Amazônia brasileira.

ASPECTOS RELEVANTES

Algumas restrições prejudicaram o desempenho das atividades do Órgão, conforme relatado a seguir:

- Contingenciamento e atraso na liberação de recursos, em geral prejudicando todos os programas. Foram efetuados ajustes no planejamento das execuções das ações, visando a minimizar os efeitos. Ainda assim, houve impactos negativos na obtenção de equipamentos e na execução de obras de alto custo, principalmente em relação aos Programas de Reparcelamento de cada Força. Ressalte-se que esses entraves vêm afetando o cumprimento de prazos dos projetos e gerando conseqüências negativas em compromissos comerciais e financeiros assumidos, além de comprometer o adimplemento de metas relativas à recuperação operacional das Forças.
- Insuficiência de recursos necessários para a manutenção de um nível de operacionalidade e atuação combinada das Forças Armadas compatível com as dimensões e características do país, resultando em insuficiência e obsolescência do material militar de uso naval, aéreo e terrestre e das instalações orgânicas, bem como elevando o custo para a manutenção dos recursos existentes.
- Insuficiência no nível de suprimento de material militar de uso naval, aéreo e terrestre.
- Dificuldade em relação às licitações, decorrente do atraso na liberação dos créditos aprovados para o programa “Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas”, gerando a necessidade de reprogramar licitações e causando impactos na execução das ações.
- Insuficiência de recursos orçamentários, obrigando os Comandos das Forças a adotarem medidas de contenção de despesas, a fim de adequar a

preparação operacional da tropa. Destaque-se que o montante insuficiente para a alimentação da tropa obrigou os Comandos a utilizarem o regime de meio expediente nos meses de novembro e dezembro de 2005. Sob o aspecto social, os reflexos foram negativos, particularmente para os cabos e soldados, em sua grande maioria, oriundos das camadas mais humildes da sociedade.

- Insuficiência de recursos materiais, necessidade de incremento tecnológico nos laboratórios, necessidade de atualização no acervo bibliográfico e quantidade insuficiente de recursos humanos nos programas de tecnologia das três Forças, demandando ajustes no planejamento com o objetivo de garantir a consecução dos resultados. Particularmente, a implementação do programa “Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro” foi prejudicada devido à escassez de recursos materiais disponíveis para equipe gerencial e à inadequação da infra-estrutura. A infra-estrutura para a implementação do programa “Recursos do Mar” também sofreu o impacto da falta de navios e laboratórios para a condução das pesquisas pelas equipes executoras; da obsolescência dos equipamentos científicos dos meios flutuantes para a realização das pesquisas no mar; da manutenção inadequada, obsolescência e quantidade insuficiente dos laboratórios existentes em terra firme.
- Destacam-se ainda algumas dificuldades que fogem à governabilidade do MD: falta de visão de Estado, relativamente à área de Defesa; crescente convocação das Forças Armadas para participar de soluções para os problemas nacionais; reduzida percepção quanto aos assuntos relativos à Defesa Nacional; dificuldade de obtenção de financiamentos de instituições civis para projetos na área de Defesa, tendo em vista a baixa ou nula rentabilidade desse tipo de iniciativa; dependência externa do país relativamente aos recursos de natureza estratégica para a sua defesa, causada pela inexistência de parque industrial nacional voltado para essa necessidade; evasão de mão-de-obra especializada na área científica e tecnológica, que dificulta a criação e o desenvolvimento de tecnologias de ponta específicas para fins militares; tentativas de formação de consensos internacionais contrários aos interesses nacionais, relativamente à região Amazônica e outros vazios estratégicos; intensificação da ocorrência de crimes transnacionais, tais como contrabando e narcotráfico, sobretudo na região norte do país; dificuldade de importação de material de emprego militar, devido à dificuldade de acesso a materiais e tecnologias avançados, aos prazos de entrega demasiadamente longos e dificuldade de manutenção dos compromissos dos contratos.

RECOMENDAÇÕES

- Aperfeiçoar os instrumentos de coordenação e de gerenciamento do conjunto de programas do PPA.
- Melhorar a estrutura organizacional, o arranjo do setor e a coordenação setorial.
- Aperfeiçoar os processos administrativos do órgão setorial (gestão de pessoas; gestão orçamentária e financeira e gestão de suprimentos).

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Defesa.

ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS

OBJETIVO

Garantir a interoperabilidade das Forças Armadas no desempenho de ações de defesa da Pátria e dos interesses nacionais, de garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem e no apoio às comunidades nacional e internacional.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira e a comunidade internacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 279.552.858,00	Empenho Liquidado: R\$ 197.706.162,00 Pago estatais: - Total: R\$ 197.706.162,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

O programa não possuía indicador em 2005. Todavia, foi inserido indicador na revisão do PPA vigente em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Por sua ampla dimensão territorial, o Brasil precisa contar com um sistema de defesa eficaz, baseado na interoperabilidade e interconectividade das suas Forças Armadas, altamente qualificadas para atuar, de forma combinada, em sistemas integrados de logística e mobilização. Da mesma forma, intensificar a participação do Brasil na intermediação de conflitos internacionais exige a manutenção de uma força preparada para integrar missões internacionais de manutenção da paz.

Especificamente, este programa visa à reunião de esforços para garantir a interoperabilidade das Forças Armadas no desempenho de ações de defesa da Pátria e dos interesses nacionais, de garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem e no apoio às comunidades nacional e internacional

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Operação TIMBÓ III: realizada no período de 20 a 30 de julho, intensificou a presença das Forças Armadas (FA) na Amazônia Ocidental, englobando uma extensa faixa da fronteira, com a participação de 4.260 militares das três forças.

- Operação MARACAJU IV: realizada no período de 15 a 19 de agosto, com a finalidade de preparar as FA para o exercício de Defesa Aeroespacial, abrangendo os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, com a participação de 540 militares das três forças.
- Operação PAMPA I: realizada no período de 10 a 20 de outubro, com o envolvimento de dois Comandos Combinados, abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com a participação de 4.500 militares das três forças
- Operação LEÃO II: realizada no período de 20 a 30 de novembro, com a finalidade de preparar as FA em operações de evacuação de não combatentes, empregando operações anfíbias, aeroterrestres e especiais, abrangendo os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, com a participação de 5.343 militares das três forças.
- Operação JAURU II: realizada no período de 27 de maio a 5 de junho, com a finalidade de intensificar a presença das FA na faixa de fronteira e atualizar os planejamentos de apoio ao combate a delitos transnacionais e ambientais, abrangendo uma extensa faixa de fronteira brasileira nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte do Paraná, com a participação de 3.425 militares das três forças.
- Missão da ONU – HAITI: participação do contingente brasileiro, com um efetivo de 1.200 militares, das três Forças, além de uma Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, com 150 militares.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Todas as atividades planejadas foram realizadas em sua plenitude, de modo que a execução física das ações aconteceu dentro do previsto. O monitoramento do desempenho físico das ações ocorreu por meio de relatórios de missão, transmitidos ao término das atividades planejadas.

O fluxo de recursos foi compatível com a programação. E a execução financeira do Programa atingiu R\$ 197.706.162,00, que equivalem a 71 % do valor previsto.

Houve atraso na aprovação e abertura dos créditos destinados a suportar as missões de paz a que o governo se comprometeu, os quais constituíram ônus adicional e não previsto para as Forças que, por sua vez, utilizaram recursos próprios nas providências preparatórias, evitando que também ocorresse atraso no cumprimento do compromisso assumido pelo governo brasileiro

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar a denominação do Programa para “Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas”.
- Alterar o objetivo para: “Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional”.

ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA

OBJETIVO

Preparar a Aeronáutica para o cumprimento de sua destinação constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 767.680.321,00	Empenho Liquidado: R\$ 754.461.379,00 Pago estatais: - Total: R\$ 754.461.379,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ESFORÇO AÉREO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 93,23 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Haja vista que o índice ao final do PPA, previsto em 90%, foi superado em 2004 (94,11%) e em 2005 (93,23%), estima-se que a viabilidade de manutenção ou superação, em 2007, é bastante alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Não há.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Realização de manobras operacionais:

- FAEXVII – Manobra com o objetivo de treinar o emprego e o desenvolvimento de técnicas e novos métodos de localização de sobreviventes, resgate noturno e marítimo.
- PORTEIRA FECHADA – Operações de policiamento do espaço aéreo brasileiro, com enfoque para a região norte/noroeste do país.

Realização de operações internacionais:

- PRATA III – Operação combinada com a Força Aérea Argentina, tendo como enfoque principal o emprego conjunto de meios destinados à detecção, interceptação e adoção de medidas de policiamento do espaço aéreo contra tráfegos ilícitos na aérea da fronteira entre o Brasil e a Argentina.
- PARBRA I – Operação combinada com a Força Aérea Paraguaia, tendo como enfoque principal a padronização dos procedimentos para a defesa aérea, com base no Acordo de Cooperação Mútua, para reprimir o tráfego de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas na área da fronteira entre o Brasil e o Paraguai.
- CEIBO - Operação combinada entre as Forças Aéreas da Argentina, do Chile e do Uruguai, tendo ainda o Paraguai e a Bolívia como observadores. O exercício teve como objetivo treinar os pilotos e mecânicos das forças aéreas participantes, além de capacitar os estados-maiores no planejamento e na execução de operações combinadas, tendo como base a estrutura e doutrina empregadas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Operações com as demais Forças:

- MARACAJU IV – Manutenção do estado de alerta de Defesa Aeroespacial como medida preventiva contra eventuais ameaças à soberania nacional, realizando operações de policiamento do espaço aéreo brasileiro, com enfoque para a região norte/noroeste do País. Participantes: FAB, Marinha do Brasil (MB) e Exército Brasileiro (EB).
- TIMBÓ III – Operação combinada, de grande porte, na fronteira norte do País, a fim de garantir a soberania na região. Participantes: FAB, MB e EB.
- LEÃO II – Exercício de grande porte, envolvendo a FAB e a MB. A operação foi realizada como jogo de guerra e somente na carta, sem atividade aérea.
- JAURU III – Adestramento das equipagens, com base em cenários reais de combate ao ilícito. Participantes: FAB e EB.

Operações da Força Aérea Brasileira - FAB com a Marinha do Brasil:

- PATCOS (ATLÂNTICO) – Ação de presença na Zona de Exclusão Econômica (ZEE), apoiando a MB na missão de fiscalização do cumprimento das normas e leis estabelecidas nas águas jurisdicionais brasileiras.
- ADEREX I e ADEREX II – Operação combinada com a Marinha do Brasil, tendo como foco principal o aprimoramento de doutrinas voltadas para operações aeronavais, empregando-se as aviações de patrulha e caça.
- FRATERNOS – Operação combinada com a Marinha do Brasil, tendo como foco principal o aprimoramento de doutrinas voltadas para operações aeronavais, em conjunto com a Armada Argentina, empregando-se as aviações de patrulha e de caça.

Operações da FAB com o Exército Brasileiro:

- MEMBECA III – Adestramento das equipagens de combate na execução de missões de apoio às Forças de Superfície.
- AGULHAS NEGRAS III – Execução das ações constantes dos Planos de Campanha dos Comandos Militares de Área, vocacionados para a Defesa Externa.

Missões de Assistência Social e de Emergência:

- Evacuação Aeromédica (EVAM)/Missão de Misericórdia (MMI) – Remoção de enfermos e feridos para locais em melhores condições de atendimento médico-hospitalar e atendimento a comunidades isoladas e/ou carentes, com consulta médica, tratamento odontológico, exames laboratoriais, orientações etc.
- SAR – envolvimento de aeronaves da FAB em missões de resgate, busca e salvamento.
- Linhas do CAN – Manutenção das linhas do Correio Aéreo Nacional – CAN no Acre e ao longo dos rios Juruá e Purus, levando apoio às comunidades carentes e integrando, cada vez mais, o território e o povo. Além das linhas nacionais, manteve-se a linha internacional do CAN, entre as cidades de Brasília, Assunção, Buenos Aires e Montevidéu, contribuindo, ainda mais, para a integração do MERCOSUL e aproximação dos países sul-americanos.
- TSUNAMI – Transporte para Bancoc, na Tailândia, de 16 toneladas de medicamentos e alimentos e 60 toneladas de mantimentos, água e remédios para Colombo, capital do Sri Lanka, para distribuição às vítimas da tragédia.
- Atendimentos emergenciais a governos estaduais e municipais e comunidades atingidas pela seca (Tabatinga, Eirunepé, Boca do Acre e Tefé no Amazonas e Porto Velho em Rondônia). Mais de 17 toneladas foram transportadas para essas localidades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução orçamentária da LOA 2005 foi de 98,28%, porém, não foi suficiente para atender 100% das metas físicas.

Este fato deve-se ao Limite Orçamentário muito aquém das necessidades. Os recursos previstos na LOA 2005 foram insuficientes para o desenvolvimento das seguintes ações, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Ação Orçamentária	Recursos	Pré-proposta Orçamentária (em R\$)	LOA 2005 (em R\$)
2866 Ações de Caráter Sigiloso	Tesouro	810.000,00	200.000,00
2864 Alimentação de Pessoal	Tesouro	108.639.638,00	70.450.000,00
2881 Capacitação Física	Tesouro	420.371,00	10.000,00
2890 Mnt/Sup de Material Bélico	Tesouro	73.427.922,00	24.325.001,00
2755 Mnt/Sup de Campo/Est.	Tesouro	550.000,00	150.000,00
2048 Mnt/Sup de Mat. Aer.	Tesouro	723.580.844,00	298.021.077,00
2756 Mnt/Sup de Contra-Incêndio	Tesouro	9.068.500,00	7.368.500,00
2894 Mnt/Sup de Mat. Int. Tesouro	Tesouro	17.640.000,00	1.500.000,00
2896 Mnt/Sup de T. Log. Sup.	Tesouro	1.013.480,00	500.000,00
2757 Mnt/Sup de Simuladores	Tesouro	2.990.807,00	800.000,00

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar a denominação do Programa para “Preparo e Emprego da Força Aérea”.
- Para que o nível de execução possa ser melhorado, é necessário que:
 - As dotações orçamentárias reflitam as reais necessidades do programa.
 - Os limites orçamentários e financeiros sejam concedidos em tempo hábil para sua execução.
 - Que os créditos extraordinários, eventualmente concedidos, incorporem limites.

ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA

OBJETIVO

Preparar o Poder Naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, a lei e a ordem.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 593.665.105,00	Empenho Liquidado: R\$ 561.552.295,00 Pago estatais: - Total: R\$ 561.552.295,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE APRESTAMENTO DE NAVIOS DISTRICTAIS PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 64 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice já foi alcançado. Desta forma, é alta a vulnerabilidade de alcance, mantendo-se os parâmetros orçamentários.

2. TAXA DE APRESTAMENTO DE NAVIOS E SUBMARINOS SUBORDINADOS À ESQUADRA PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 51 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 54

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Média. Ressalte-se que a viabilidade decorre, principalmente, dos patamares orçamentários disponibilizados.

3. TAXA DE APRESTAMENTO DE NAVIOS E SUBMARINOS SUBORDINADOS À ESQUADRA PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 34 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. Ressalte-se que a viabilidade decorre, principalmente, dos patamares orçamentários disponibilizados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Visando ao cumprimento da missão constitucional determinada pelo art 142 da Constituição Federal, que trata sobre a defesa da Pátria, da garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, é necessário que as Forças Armadas brasileiras estejam devidamente aprestadas, dispondo de efetivo altamente adestrado e dos meios logísticos adequados e prontos para seu emprego, de forma a atuarem em diferentes ambientes operacionais com eficiência, eficácia e grau de presteza apropriados às necessidades do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de Patrulhas Navais para a fiscalização e proteção das áreas de produção de petróleo situadas na plataforma continental e nas proximidades do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de manter a ação de presença na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) daquele Arquipélago.
- Capacitação alcançada com a conclusão do emulador para lançamento do míssil Exocet MM-40 por Fragatas Classe Greenhalgh (FCG) e do Sistema de Simulação e Treinamento Tático Multi-Tarefa, como ferramenta de planejamento e avaliação de diretivas

Realização das seguintes Operações Combinadas:

- Operação MARACAJU IV/05, com a participação da Marinha Brasileira - MB, do Exército Brasileiro - EB e da Força Aérea Brasileira - FAB, em que foram empregadas, pela primeira vez, aeronaves do Esquadrão VF-1 em ações de defesa aeroespacial na área das plataformas na Bacia de Campos, tendo as aeronaves decolado da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, simulando o Navio Aeródromo - NAe "São Paulo", operando ao largo de Cabo Frio.
- Operação TIMBÓ-IV/05, na área da Amazônia Ocidental, com participação da MB, do EB, da FAB e de órgãos de segurança pública.
- Operação JAURU-II/05, na fronteira oeste do país, com a participação da MB, do EB, da FAB e de órgãos de segurança pública e fiscalização fazendária.
- Operação PAMPA-I/05, na Região Sul, com a participação da MB, do EB e da FAB.
- Operação Leão II, no Rio de Janeiro e Espírito Santo, relacionada ao treinamento para resgate de nacionais e materiais de interesse do governo brasileiro em território estrangeiro, com a participação da MB, do EB e da FAB.

Realização de atividades subsidiárias:

- 16 comissões de operações de assistência hospitalar, o que perfaz 415,5 dias de comissão, totalizando 160.594 atendimentos, em 558 localidades nos rios Purus, Juruá, Tarauacá, Envira, Acre, Madeira, Negro, Branco, Solimões, Içá, Javari, Tapajós, Nhamundá, Japurá, Copeá, Auati, Timbó, Xingú, Jari e Marajó.
- 9 comissões de ações cívico-sociais, perfazendo 21 dias de comissão, totalizando 1.437 atendimentos médicos e odontológicos, em 29 localidades da região.
- Participação no Projeto Rondon, com três navios e duas aeronaves do Comando do 9º Distrito Naval nas localidades de Carauari, Eirunepê, Fonte Boa, Tabatinga e Tefé, além do apoio da Capitania Fluvial de Tabatinga e das Agências Fluviais de Tefé e de Eirunepê.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados das atividades empreendidas neste programa não alcançaram os níveis desejados, no que concerne ao aprestamento das Forças Navais e à manutenção das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, em face das restrições orçamentárias impostas à Marinha.

Além dos reduzidos índices de disponibilidade das unidades operativas da Força, cabe enfatizar que aquelas atualmente em operação possuem significativas restrições operacionais e não dispõem de suas dotações mínimas de munição convencional e de armas inteligentes, o que, aliado ao baixo nível de estoques de combustíveis, inviabiliza o poder dissuasório da Esquadra brasileira. A Esquadra vem tendo sucessivos decréscimos de dias de operações no mar, significando sensível diminuição na qualificação e no adestramento do pessoal. Conseqüentemente, há perda do conhecimento técnico-profissional dos oficiais, praças e servidores civis da Marinha, patrimônio nacional intangível, em cuja formação o país investiu volumosos recursos.

Ademais, as atividades do programa sob comento serão seriamente afetadas, impondo-nos reduzi-las ainda mais e, em alguns casos, até mesmo paralisá-las, com reflexos negativos para a sociedade brasileira e a economia nacional, bem como no campo das relações internacionais e da defesa.

Considerando-se especificamente as unidades da Esquadra, cujas tarefas estão diretamente relacionadas ao cumprimento da missão constitucional da MB, a situação agravou-se sensivelmente: em dezembro de 2005, das 106 unidades existentes na Esquadra, entre navios, submarinos, helicópteros e aviões, 61 encontravam-se imobilizadas e 45 operavam com restrições.

Em relação à Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), houve redução dos exercícios anfíbios, decorrentes da indisponibilidade de unidades navais, causando prejuízos à capacitação operativa da FFE na realização de operações anfíbias. Cumpre ressaltar que a situação é mais grave ainda em face da redução da munição de armas portáteis, com influência direta no adestramento.

Enfim, considerando-se os baixos patamares orçamentários, os resultados alcançados foram compatíveis com os recursos disponibilizados em 2005.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Marinha utilizou integralmente os recursos orçamentários disponibilizados. Todavia, em razão do contingenciamento da dotação orçamentária, que já havia sido estabelecida em valor insatisfatório, há conseqüências indesejáveis, tais como o cancelamento de operações militares e a insuficiente manutenção das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, levando ao comprometimento da proteção das plataformas de petróleo, do combate à poluição marinha por navios e do apoio à prevenção da pesca irregular.

A liberação parcelada dos recursos, no transcorrer do exercício de 2005, implicou na necessidade de se postergar a execução de diversas atividades do programa.

As organizações responsáveis pela manutenção e pelo reparo das unidades operativas da Marinha apresentam grau de obsolescência elevado, necessitando de investimentos para a modernização e recuperação de sua capacidade industrial.

Para a recuperação a curto prazo do estado de prontidão operativa dos navios e aeronaves existentes, foi elaborado o Programa Emergencial de Recuperação do Poder Naval (PERPN). Seu objetivo é a correção gradativa dos problemas materiais acumulados nos últimos anos e foi planejado, com custo médio anual de R\$ 290 milhões, para ser executado em quatro anos e implementado a partir de 2006.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar a denominação do Programa para “Preparo e Emprego do Poder Naval”.
- Há a necessidade de se alocar mais recursos orçamentários para atender ao Programa.

ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO

OBJETIVO

Preparar o Exército Brasileiro para assegurar o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 616.996.858,00	Empenho Liquidado: R\$ 615.846.494,00 Pago estatais: - Total: R\$ 615.846.494,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE PREPARO DO EFETIVO MILITAR

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 45,17 em dezembro de 2005

Índice previsto ao final do PPA: 53

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Tendo em vista os índices apurados em 2004 e 2005, de 37,00% e 45,17%, respectivamente, e considerando que a insuficiência de recursos reflete-se negativamente em várias ações, estima-se uma baixa possibilidade de alcance do índice previsto para o final do PPA, que é de 53%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para o devido cumprimento da missão constitucional determinada pelo art. 142 da Constituição Federal, é necessário que as Forças Armadas brasileiras estejam devidamente aprestadas, dispondo de efetivo altamente adestrado e dos meios logísticos apropriados e prontos para seu emprego, de forma a atuarem em diferentes ambientes operacionais com eficiência, eficácia e com grau de presteza adequados às necessidades do País.

Para o cumprimento dos objetivos de defesa, o país deve dispor de uma força terrestre adequada ao seu perfil geográfico, com os necessários atributos de alta

mobilidade e leveza, capaz de atender, com rapidez e eficiência, quando solicitada, em qualquer parte do território nacional

PRINCIPAIS RESULTADOS

Realização das seguintes operações militares:

- “Operação Timbó III”: exercício operacional que visou ao adestramento das Forças Armadas - Marinha, Exército e Força Aérea - no planejamento e execução de operações combinadas, intensificando a presença da Força Terrestre na faixa de fronteira. Foram adestrados os integrantes do Comando Combinado da operação na coordenação e controle de seus meios militares, os quais estavam distribuídos em uma faixa de aproximadamente 5 mil km de extensão, com uma área de 606 mil Km². A Força Terrestre empregou um efetivo de aproximadamente 4 mil militares nas diversas ações desenvolvidas, ao mesmo tempo em que foram intensificados os contatos com as populações ribeirinhas e levantados dados operacionais que facilitarão futuros planejamentos de emprego militar.
- “Operação Jauru III”: operação combinada realizada nos Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e no noroeste do Paraná, sob comando único atribuído ao Comandante Militar do Oeste (CMO). Participaram da Operação diversos órgãos que atuam na região, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Receita Federal, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), as Secretarias de Segurança Pública dos Estados envolvidos, bem como suas polícias civis e militares, além de outros órgãos de fiscalização fazendária e ambiental estaduais. A área de operações englobou uma extensa faixa da fronteira brasileira, de 2.300 km, junto à Bolívia e ao Paraguai, que vai desde o Município de Comodoro, MT ao Município de Guaíra, PR. Foram priorizadas as ações de intensificação de vigilância das fronteiras, de patrulhamento nas calhas dos rios e de apoio aos órgãos de segurança pública e outros órgãos civis de fiscalização fazendária e ambiental. Além disso, as comunidades carentes da região receberam atendimento médico e odontológico.
- “Operação Centauro II”: exercício de operações militares inserido no Período de Adestramento da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sediada em Bagé, RS, teve por finalidade aprimorar o adestramento dos militares em operações de guerra convencional, aplicando técnicas e táticas aprendidas e treinadas durante o ano de instrução militar. Foi desenvolvido na região dos Municípios de Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel e no Campo de Instrução Barão de São Borja, localizado no Município de Rosário do Sul, RS.
- “Operação Pampa I”: exercício combinado do Ministério da Defesa, considerada a principal atividade de adestramento para as operações convencionais. Desenvolvido nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, no período de 10 a 20 outubro, teve por objetivo adestrar as Forças Armadas no planejamento e na execução de operações combinadas de guerra convencional. A área de operações abrangeu a região do Porto de Rio Grande, com ações da Força Tarefa Combinada da Marinha, sob o comando do 5º Distrito Naval; o Campo de Instrução de Santa Maria, com a utilização do Centro de Aplicação de Exercícios de Simulação de Combate 2 (CAESC 2), pela 3ª Divisão de Exército; e a região de Bagé, RS, com a 6ª Divisão de Exército, realizando no terreno uma marcha para o combate. Da Base Aérea

de Canoas, - RS, aeronaves decolaram para combater a aviação inimiga da Base Aérea de Santa Maria. A 5ª Divisão de Exército, com sede em Curitiba, PR, participou na simulação de combate e na direção do exercício.

- “Operação Santa Tecla”: operação da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (3ª Bda C Mec) realizada no período de 5 a 9 de dezembro de 2005 e teve por finalidade aprimorar o adestramento dos militares em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em faixa de fronteira e no combate a ilícitos transfronteiriços. A Operação contou com a participação dos órgãos de segurança pública e de fiscalização aduaneira e de tributos. A Operação desenvolveu-se na região dos municípios gaúchos Aceguá, Bagé, Candiota, Hulha Negra, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Santana do Livramento, São Gabriel, Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Dom Pedrito, Santa Margarida do Sul, São Sepé e Vila Nova do Sul.
- “Operação Agulhas Negras”: exercício operacional com vistas a adestrar o Comando da 2ª Divisão de Exército no planejamento e execução de operações em um quadro de guerra regular realizando a concentração estratégica; marcha para o combate; ataque coordenado e defesa de área; assalto aeromóvel; reconhecimento e patrulhas, além de infiltração e exfiltração aeromóvel. Executou-se, também, o deslocamento do apoio logístico, a mudança do Pelotão de Combate - PC do Cmdo 12ª Brigada de Infantaria Leve - Aeromóvel (12ª Bda Inf L - Amv), a transposição e travessia de cursos d’água, um exercício de simulação de combate e a execução de tiro real com armamento coletivo. O exercício foi realizado no Campo de Instrução da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende-RJ, no período de 14 a 18 de novembro de 2005, e contou com a participação da 11ª Bda Inf L (GLO), 12ª Bda inf L - Amv e unidades do Comando da Aviação de Exército, da FAB, de Defesa Química, Bacteriológica e Nuclear, e de Guerra Eletrônica, com um efetivo de 3.070 homens. O exercício caracterizou-se, também, pelo emprego da Engenharia no preparo e execução da transposição do Rio Paraíba do Sul de mais de 200 Vtr, sem acidentes ou atrasos na construção do PC subterrâneo do Cmdo da 12ª Bda Inf L - Amv, na C Pnt Amv.
- “Operação Membeca”: exercício de adestramento que empregou o Comando da 1ª Divisão do Exército (DE) no planejamento e execução de operações em um quadro de guerra regular, em Área Operacional do Continente (AOC). As ações ofensivas exploradas foram: marcha para o combate, combate em localidade, infiltração terrestre, assalto aeromóvel e ataque coordenado. As ações defensivas foram: assalto aeroterrestre, cabeça de ponte aérea, retardamento e defesa de área. Foram ainda exploradas ações de apoio aéreo aproximado com aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) e guerra eletrônica. Foi empregado o Observador, Controlador e Avaliador (OCA) e o equipamento de simulação “DSET” no adestramento da tropa com excelentes resultados. O exercício foi realizado no Campo de Instrução da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, RJ, no período de 31 de outubro a 4 de novembro de 2006, com tropas da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada - Escola (9ª Bda Inf Mtz - Es) e Brigada de Infantaria Pára-quedista, empregando cerca de 1800 homens. Foi priorizada a manobra de flanco, executada pela 9ª Bda Inf Mtz (Es) e a infiltração pelo 1º Batalhão de Infantaria Motorizado - Escola (1º Btl Inf Mtz - Es). Foram destaques: o emprego adequado dos meios disponíveis; o detalhamento

dos planejamentos; o emprego dos meios de guerra eletrônica (GE); o emprego dos meios aéreos e do apoio de fogos disponíveis; a motivação e o grau e adestramento da tropa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O principal fator de limitação ao atendimento das metas físicas e, conseqüentemente, do alcance de todos os resultados fixados para os programas, foi a insuficiência dos recursos disponibilizados, o que impossibilitou a consecução integral do preparo, capacitação, adestramento, modernização e adequação dos meios necessários ao emprego da Força Terrestre. Entretanto, vale ressaltar algumas ações que causaram impacto no resultado final do Programa:

- Ação “Doutrina e Estratégia Militar”: logrou cumprir 100% de sua meta física. A formulação doutrinária, ao responder os questionamentos “Como deve a Força Terrestre ser organizada?”, “Como deve ser equipada e armada?” e “Como deve combater?” impacta diretamente no objetivo final do programa e no próprio cumprimento da missão constitucional do Exército.
- Ação “Manutenção e Suprimento de Fardamento”: sua execução física alcançou 93.498 militares atendidos, 56,48% da meta total prevista. No último pregão do ano (22 de dezembro de 2005), cujo objeto era a aquisição de fardamento para atender a incorporação de 50 mil homens, em 2006, só se adquiriu o suficiente para atender 25 mil.
- A dotação orçamentária consignada à ação “Manutenção e Suprimento de Material Bélico” ficou aquém das necessidades, interferindo nas atividades administrativas e operacionais da Força Terrestre. As restrições, contudo, foram resolvidas. O crédito previsto foi recebido integralmente, mas mostrou-se insuficiente, principalmente, no que se refere à aquisição de viaturas, armamentos, equipamentos e ferramentas, atendendo menos de 10% das necessidades. Já para a manutenção de material bélico alcançou-se, em média, 60% das necessidades. A sua meta física é caracterizada como “não cumulativa”, devido à consolidação de diversas Seções de Manutenção da Diretoria de Manutenção (DMnt) e de Seções de Suprimento da Diretoria de Suprimento (DS). Por essa razão, a meta física deve ser de 510 Organizações Militares (OM) e não de 1020.
- A ação “Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes” não teve a sua meta física atingida em 2005, em virtude da insuficiência dos recursos destinados à aquisição de suprimentos para atender toda a demanda. O fato de a quantia de R\$ 5.238.000,00 ter sido incluída em restos a pagar causou um transtorno à administração, em virtude de o combustível licitado não ter sido recebido no ano de 2005, o que teria amenizado a situação crítica enfrentada pela Força.
- O contingenciamento dos recursos da ação “Alimentação de Pessoal” teve impacto nas atividades realizadas a partir do mês de novembro de 2005, obrigando o Exército a adotar o regime de meio expediente em algumas Organizações Militares, como solução inicial para amenizar o problema. Em dezembro de 2005, foram descontingenciados cerca de R\$ 8,4 milhões, minimizando as restrições na alimentação de pessoal; porém, permaneceram contingenciados em torno de R\$ 5,2 milhões. Em função da programação financeira estipulada, R\$ 8,4 milhões foram inscritos em restos a pagar,

sendo R\$ 400 mil processados e R\$ 8 milhões não processados.

- A ação “Manutenção e Suprimento de Munição” foi prejudicada, porque os fornecedores de munição não tinham material em estoque, necessitando realizar entregas parceladas. O planejamento da execução física contemplou todas as organizações militares, entretanto, estas foram atendidas de maneira precária, já que os recursos previstos na LOA atenderam somente a 10% da Dotação de Munição Anual (DMA), necessária à instrução e ao adestramento do Exército Brasileiro. No mês de dezembro de 2005, foram recebidos R\$ 1,8 milhões, a título de crédito adicional, utilizados para a aquisição, conforme planejamento da DS, de tiros 105 mm AE M1 B1 junto às empresas IMBEL e EMGEPRON, no valor de R\$ 876.800,00. Em relação ao saldo restante, firmou-se contrato com a empresa CBC, para a aquisição de munições de calibre até 30mm.

Além disso, foi possível prosseguir à ativação, em Goiânia, GO, da Brigada de Operações Especiais (força apta para o combate ao terrorismo) e à transformação, em Campinas, SP, da 11ª Brigada de Infantaria Blindada em 11ª Brigada de Infantaria Leve (vacionada para as missões de Garantia da Lei e da Ordem - GLO).

O prosseguimento da ativação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva em São Gabriel da Cachoeira (AM) dependeu, exclusivamente, do aporte de recursos do Programa Calha Norte para a construção das instalações programadas e dos próprios residenciais nacionais para oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Há vários anos, as dotações orçamentárias consignadas ao Exército vêm sendo insuficientes para o desenvolvimento adequado dos seus diversos programas, o que tem obrigado o Comando da Força a adotar medidas de contenção de despesas, a fim de adequar a preparação operacional da tropa à disponibilidade dos recursos orçamentários.

O exercício financeiro de 2005 manteve-se restritivo, implicando em conseqüências e reflexos negativos para a manutenção de um Exército compatível com a estatura político-estratégica da nação, que se propõe a ser reconhecida no cenário internacional, inclusive pleiteando uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O Comando do Exército está ciente de que a restrição de gastos em todas as áreas é indispensável para permitir a retomada do crescimento econômico do país e tem colaborado, em todos os sentidos, com o esforço nacional.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar a denominação do Programa de “Adestramento e Operações Militares do Exército”, para “Preparo e Emprego da Força Terrestre”..

ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE CIVIL

OBJETIVO

Contribuir para o desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes, estimulando a busca de soluções para os problemas sociais da população, além de dotar de formação cívica e profissional que habilite os jovens, em idade de prestação do serviço militar, que necessitam de qualificação social e profissional, ao primeiro emprego.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 65.407.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 53.020.098,00 Pago estatais: - Total: R\$ 53.020.098,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. GRAU DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE TRANSPORTE AÉREO GOVERNAMENTAL.

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 250 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Embora o índice de 50%, apurado em 2005, tenha ficado abaixo do índice inicial do programa, que é de 60%, as operações não deixaram de ser executadas. Pretende-se, entretanto, incrementar os recursos em 2007, existindo grande probabilidade de alcance do índice previsto.

2. TAXA DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE COOPERAÇÃO

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 100 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Este indicador está relacionado diretamente à disponibilidade de recursos em fontes de convênio (181) no orçamento do Exército Brasileiro, especificamente para os Batalhões de Engenharia e Construção (BEC). Atualmente, todos os convênios propostos estão sendo atendidos, gerando 100% de resultado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Tendo em vista a necessária participação de todos os segmentos da sociedade no esforço nacional de superação das deficiências sociais do país, o programa viabiliza o emprego das Forças Armadas no apoio às ações governamentais.

Assim, cumprindo missões complementares à sua destinação, o Ministério da Defesa participou, em conjunto com os órgãos responsáveis, de ações de defesa civil, assistência social e construção de infra-estrutura, apoiando as ações de governo na consecução de metas e objetivos nacionais. O MD viabilizou, ainda, a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e de fortalecimento da cidadania, oferecendo aos jovens brasileiros oportunidades formativas inovadoras e criativas, mediante sua formação integral, através de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Operações Amazonas 2005 e Acre 2005, com participação de 350 estudantes universitários em 19 Municípios, no âmbito do Projeto Rondon.
- Habilitação de 24.775 jovens pelo programa Soldado Cidadão.
- Construção da rodovia BR 282 em Santa Catarina.
- Pavimentação das rodovias MT 040 e MT 361 em Mato Grosso.
- Construção do anel rodoviário em Barreiras, BA.
- Restauração do dique Poti Velho em Terezina, PI.
- Construção da pista do Aeroporto Internacional de Natal, RN.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A realização financeira alcançou R\$ 53.020.098,00, equivalente a 81% do previsto.

Destacam-se, positivamente, as seguintes ações: 2862 – “Ações Cívico-Sociais”, por meio das quais foram atendidas 11.322, de uma previsão de 1 mil pessoas; e 8447 – “Apoio Aéreo para o Transporte de Cargas e Passageiros”, que realizou 30 missões, de uma meta de 10 missões.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- O índice previsto, ao final do PPA, do indicador “Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação”, deverá ser alterado, de 38% para 100%, tendo em vista que o mesmo já foi alcançado.
- O objetivo, que engloba apenas as ações referentes aos projetos “Rondon” e “Soldado Cidadão”, deverá ser ajustado.
- A justificativa do programa não está relacionada aos Batalhões de Engenharia e Construção, tampouco explica a necessidade do transporte aéreo de cargas e passageiros e, portanto, deverá sofrer ajustes.

CALHA NORTE

OBJETIVO

Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

PÚBLICO-ALVO

População da região da Calha Norte.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 236.694.311,00	Empenho Liquidado: R\$ 133.032.420,00 Pago estatais: - Total: R\$ 133.032.420,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. DENSIDADE POPULACIONAL NA REGIÃO DA CALHA NORTE

Unidade de medida: habitante por km²

Último índice apurado: 1,1 em dezembro de 2000

Índice previsto ao final do PPA: 1,31

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA.

Alta.

2. EXTENSÃO DE FRONTEIRA POR NÚCLEO DE POVOAMENTO INTEGRADO À PEQUENA UNIDADE MILITAR.

Unidade de medida: km por núcleo

Último índice apurado: 330 em julho de 2003

Índice previsto ao final do PPA: 300

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A viabilidade de alcance da meta é média. Dependerá da liberação tempestiva dos recursos orçamentários para a construção de novos Pelotões Especiais de Fronteira.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Tendo em vista o desenvolvimento sustentável da região, que corresponde a 14% do território nacional, abrangendo uma faixa de fronteira de cerca de 6.700 km e a

integração de sua população ao conjunto nacional, o programa objetiva:

- O aumento da presença brasileira, com o fortalecimento das estruturas governamentais de oferta de serviços.
- O fortalecimento da infra-estrutura de energia e telecomunicações e viária, por meio do transporte fluvial (vocação natural da Amazônia).
- A intensifica o das atividades, visando   perfeita demarca o da fronteira.
- A promo o de assistência às popula es indígenas, delimitando e demarcando suas terras e estimulando seu desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Inaugura o do Destacamento de Aeronáutica de São Gabriel da Cachoeira - AM, núcleo da futura Base Aérea de São Gabriel da Cachoeira (FAB).
- Manuten o em 5 aeroportos que atendem aos Pelotões Especiais de Fronteira (EB).
- Constru o e manuten o de inúmeras embarca es de unidades militares da região da fronteira.
- Finaliza o das obras de recupera o do Parque Industrial da Base Naval de Val de Cães - PA.
- Continua o das obras de infra-estrutura, em São Gabriel da Cachoeira, para a transferência da 2  Brigada de Infantaria de Selva.
- Continua o das obras de recupera o do aeroporto que atende ao PEF de Ipiranga - AM.
- Constru o e doa o de uma Lancha de Apoio Médico - "AMBULANCHA" ao Governo do Estado do Pará para emprego em proveito das popula es ribeirinhas da Ilha de Marajó - PA.
- Continuidade da implanta o dos pontos de reabastecimento de combustível de helicópteros em diversas localidades da região, em proveito das aeronaves das FFAA que operam na Amazônia.
- In cio das obras de recupera o da Pista de Pouso de Tiri s - PA.
- Conserva o da BR - 307, que liga São Gabriel da Cachoeira a Cucu , no Amazonas, e da Rodovia Surumu-Uiramutã, em Roraima.
- Implanta o de infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região da Calha Norte: obras de pavimenta o (urbanas e rodoviárias), saneamento (sistema de abastecimento de água, esgoto, drenagem de águas pluviais), postos de saúde, escolas, creches, ilumina o pública, pontes, quartéis da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, áreas de entretenimento e lazer (praças, ginásios esportivos, campos de futebol), aquisi o de equipamentos agrícolas, bibliotecas, entre outros.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restri es e providências adotadas)

A execu o financeira alcançou o valor de R\$ 133.032.420,00, o que equivale a 56 % do valor previsto. Cabe destacar:

- A o 2439 - "Apoio Aéreo na Região da Calha Norte": A meta de 2 mil horas de v o, estabelecida nesta a o, foi superdimensionada. Os recursos disponibilizados nesta a o são utilizados para adquirir horas de v o de helicópteros e aviões dos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica

para utilização, pelo programa, em visitas, inspeções e vistorias em obras. O custo da hora de vôo do helicóptero Cougar é de US\$ 3.673,24, e o do helicóptero HM-1 Pantera é de US\$ 1.285,20. A meta realista para o montante de recursos disponibilizados nesta ação, em 2005 (R\$ 703.324,00), seria de 180 horas/vôo. Tendo em vista que foram realizadas 183 horas/vôo, a execução física foi compatível com o recurso.

- Ação 2442 – “Conservação de Rodovias na Região da Calha Norte”: A meta física desta ação (conservar 300 km de rodovias) está muito acima do que os recursos disponibilizados (R\$ 549.032,00) podem realizar. Segundo cálculos do 2º Grupamento de Engenharia de Construção do Exército, seriam necessários recursos da ordem de R\$ 4 milhões para conservar 300 km de rodovias na Amazônia. Cabe ressaltar que esses recursos também são usados para financiar reparos em pontes de concreto e madeira, ao longo das rodovias atendidas. Portanto, os 30 km conservados de rodovias, realizados com os recursos desta ação, estão compatíveis com os recursos financeiros disponibilizados.
- Ações 1211 – “Implantação de Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte” e 1E02 – “Implantação de Infra-estrutura Básica em Municípios da Região Norte”: Com recursos da ordem de R\$ 116 milhões, recorde nos 20 anos de existência do Programa, foram executadas 221 obras. No entanto, cerca de 95% dos recursos foram liberados nas últimas semanas de dezembro de 2005, impedindo, assim, que as metas previstas fossem atingidas (3.075 obras). Acrescenta-se que 99,98% dos recursos aprovados em Lei Orçamentária foram provenientes de Emendas Parlamentares, direcionando, portanto, a execução para as obras pretendidas pelos autores das emendas.

As demais ações apresentaram execução dentro do previsto.

Quanto aos recursos humanos necessários para a implementação do programa, há necessidade de redimensionamento da equipe, e de mais uma equipe completa de fiscalização (1 engenheiro e dois auxiliares).

Como principais dificuldades, citem-se o contingenciamento e o atraso na liberação de recursos.

A participação social é promovida por meio de reuniões com comunidades contempladas pelo programa. No entanto, por falta de recursos humanos e financeiros, a satisfação dos usuários não é avaliada dentro de critérios técnicos adequados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Implementar mais uma equipe completa de fiscalização (1 engenheiro e dois auxiliares).

COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS

OBJETIVO

Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 20.730.624,00	Empenho Liquidado: R\$ 18.493.969,00 Pago estatais: - Total: R\$ 18.493.969,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÍVEL DE IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 10 em dezembro de 2003

Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

CO indicador só foi apurado em 2003, quando apresentou o índice de 10%. Considerando-se a diferença em relação ao índice previsto ao final do PPA, 50%, estima-se que a viabilidade de alcance é muito baixa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

É imprescindível aperfeiçoar a capacidade de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na tarefa de defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo de decisão, baseado em sistemas inteligentes e capazes de antecipar situações que exijam sua utilização, e em meios de comunicação modernos e seguros, de modo a garantir a capacidade de operação combinada ou conjunta das Forças Armadas..

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Continuação do desenvolvimento do novo software do Sistema Militar de Comando e Controle, com conclusão prevista para março de 2006.

- Início do emprego de videoconferência entre os centros principais do Sistema Militar de Comando e Controle.
- Atualização tecnológica de todas as centrais telefônicas do sistema.
- Aquisição de 24.175 Km² de imagem de satélite de alta resolução.
- Desenvolvimento e operacionalização de um sistema de compartilhamento de imagens de satélites existentes na Marinha, no Exército e na Aeronáutica.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira atingiu 89 % do previsto. Quanto à execução física das ações, ocorreu dentro do previsto, com exceção de:

- Ação 5132 - “Implantação do Sistema de Comunicações Militares via Satélite (SISCOMIS)”: com os recursos disponíveis, foi possível a aquisição de oito Estações Táticas Transportáveis e três Estações Móveis Navais, além de equipamentos correspondentes na estação central de Brasília, cujas implantações corresponderam a 59 % do Sistema, que era a meta prevista.
- Ação 5134 – “Implantação do Sistema de Comunicações Seguras (SECOS)”: com o contingenciamento de R\$ 1.433.246,00, a meta prevista não foi atingida, mas foi dada continuidade à confecção da interface entre o Sistema SECOS (Aeronáutica) e o Sistema YB (Marinha) e à aquisição de equipamentos para ampliar os laboratórios de pesquisa das Forças Singulares, a fim de capacitá-los para a implantação do novo Sistema Tático de Dados interforças.
- O monitoramento do desempenho físico das ações e o desenvolvimento dos projetos é realizado pelo gerente, por meio de relatório circunstanciado, pessoalmente, ou por intermédio de assessores.
- Embora o contingenciamento orçamentário tenha prejudicado a consecução das metas na sua plenitude, a liberação dos recursos foi compatível com a programação. Houve dificuldade, também, em relação às licitações, decorrentes do atraso na liberação dos créditos aprovados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS

OBJETIVO

Controlar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, circulação, armazenamento e comércio de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas e jurídicas que fabricam, utilizam, importam, exportam, transportam e comercializam produtos controlados pelo Exército.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 11.901.298,00	Empenho Liquidado: R\$ 11.830.315,00 Pago estatais: - Total: R\$ 11.830.315,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 169,11 em dezembro de 2005

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice apurado ultrapassou o índice previsto em 69,11 pontos percentuais. Como o indicador demonstra a relação percentual entre as quantidades de procedimentos de fiscalização e registro realizados no ano e o total previsto no ano, verifica-se que os procedimentos de fiscalização ocorreram em quantidade bem maior que a dos procedimentos previstos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro tem a obrigação de controlar a produção, circulação, armazenamento e destinação de armamentos, explosivos e munições, como forma de auxiliar na segurança física da população e do patrimônio nacional. Esse controle é implementado através de atividade de fiscalização de comerciantes e transportadores dos produtos sob controle.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA), com o objetivo de manter em banco de dados e em âmbito nacional o cadastro de todas as armas de uso pessoal dos militares das Forças Armadas, de colecionadores, de atiradores e de caçadores. O SIGMA fornecerá informações imediatas sobre as armas e seus proprietários, permitindo o controle de forma mais efetiva.
- Implantação do Sistema de Controle Fabril (SICOFA), com o objetivo de permitir o controle de todo o comércio de armamento e munição brasileiros, no país e no exterior, por meio das fábricas nacionais.
- Implantação da Guia de Tráfego Eletrônica na 2ª Região Militar (São Paulo-SP), com previsão de utilização nas demais Regiões Militares, em 2006. O Guia propicia o controle, em tempo real, pela rede de fiscalização, de todo o trânsito dos produtos controlados, com sensível aumento da eficiência na fiscalização da atividade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o montante de R\$ 11.830.315,00, equivalente a 99,4 % do valor previsto de R\$ 11.901.298,00.

Os recursos orçamentários alocados foram suficientes, atingindo 97% da arrecadação da Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados, e possibilitaram a aquisição de 89 veículos administrativos, principal deficiência da rede de fiscalização, além de outros recursos necessários para a atividade fim, tais como: combustível, locação de veículos, custeio da atividade meio e aquisição de equipamentos de processamento de dados.

Quanto ao fluxo de recursos, salienta-se que houve liberação de R\$ 4,85 milhões somente na última semana do ano de 2005. Esses recursos foram integralmente empenhados, no entanto, tiveram que ser inscritos em restos a pagar.

A única ação do programa, “Registro e Fiscalização de Produtos Controlados”, apresentou desempenho físico muito acima do esperado, realizando 761.020 fiscalizações, de uma meta de 450 mil fiscalizações.

O monitoramento da ação é efetuado por meio das 12 Regiões Militares, que remetem ao coordenador relatórios mensais onde constam todas as atividades de concessão e revalidação e as autorizações para aquisição, fabricação, comercialização, importação, exportação, colecionamento, exposições, armazenamento, tráfego e utilização de produtos controlados pelo Exército.

O relacionamento do programa com o público-alvo é realizado por meio de página na Internet, que contém o link com a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, “fale DFPC”, que procura interagir com seus usuários e seu público-alvo, possibilitando informações adequadas às dúvidas, aos questionamentos, à legislação e a outros assuntos pertinentes. Como resultados dessa participação, convém citar o aprimoramento da legislação e a elaboração de instruções técnico-administrativas, portarias e minutas de portarias relacionadas ao controle e à utilização de armas, munições, explosivos e produtos químicos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil brasileiro, a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos elos componentes do Sistema.

PÚBLICO-ALVO

Usuários da aviação civil e pessoal especializado da área da aviação civil.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 89.910.565,00	Empenho Liquidado: R\$ 58.243.593,00 Pago estatais: - Total: R\$ 58.243.593,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. EVOLUÇÃO DA APROVAÇÃO DE EMPRESAS FISCALIZADAS

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 1,05 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

2. EVOLUÇÃO DAS LICENÇAS EXPEDIDAS

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 1,05 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

3. FATOR DE APROVAÇÃO DE PRODUTOS, EQUIPAMENTOS, PROCEDIMENTOS E FISCALIZADOS

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 1,05 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 1,50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

4. GRAU DE ACOMPANHAMENTO DE EMPRESAS E AERONAUTAS EM ATIVIDADE

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 0,84 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 0,95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

5. ÍNDICE DE SEGURANÇA DE VÔO

Unidade de medida: Número absoluto

Último índice apurado: 1,06 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 1,05

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A aviação civil brasileira demanda, cada vez mais, uma visão econômica e social, necessitando de estruturas e modelos de gestão específicos para o setor. Assim, é necessário regular as atividades da aviação civil mediante critérios de modernidade e racionalidade, dando ao Sistema Brasileiro de Aviação Civil uma nova modelagem, de acordo com as expectativas e necessidades do setor como um todo. Nesse sentido, este programa tem por objetivo promover o desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil brasileiro, a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos elos componentes do Sistema.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de 5 aeronaves para instrução em aeroclubes.
- Celebração de 10 convênios com escolas de aviação e aeroclubes.
- Realização de 4.500 homologações.
- Formação de 2.562 inspetores e técnicos em cursos de formação e especialização na área da aviação civil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R\$ 58.243.593,00, o que equivale a 65% do montante previsto, de R\$ 89.910.565,00.

Ressalte-se que a ação 0628 – “Suplementação Tarifária à Aviação Regional” - encontra-se paralisada devido à baixa arrecadação e aos contingenciamentos orçamentários, que vêm ocorrendo desde janeiro de 2004. A expressiva arrecadação de 2004, em torno de R\$ 4,5 milhões, não foi utilizada para o pagamento da suplementação tarifária do referido ano, por conta de contingenciamentos orçamentários.

Os recursos financeiros, incluindo os créditos autorizados na LOA 2005, suficientes para atingir as metas físicas propostas, foram liberados ao longo do exercício, sem prejuízo para a execução financeira.

A execução física das ações ocorreu dentro do esperado, com exceção da ação 2879 – “Fomento a Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil” –, por meio da qual foram apoiadas apenas 10 entidades, de um total previsto de 56 entidades.

O monitoramento do desempenho físico das ações é efetuado por meio da análise de relatórios mensais enviados pelos coordenadores das ações ao gerente do programa e também por meio de reuniões, encontros, painéis, simpósios, inspeções regulares e auditorias.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- A unidade de medida do indicador “Índice de Segurança de Vôo”, que atualmente é “número absoluto”, já foi alterada pela Revisão 2005 do PPA, para “acidente por milhão de decolagens”.

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

OBJETIVO

Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do sistema aeroportuário brasileiro.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 946.747.118,00	Empenho Liquidado: R\$ 495.523.459,00 Pago estatais: R\$ 265.711.690,00 Total: R\$ 761.235.149,00
Previsto não orçamentário R\$ 1.414.209.010,48	Realizado não orçamentário R\$ 306.446.482,74

INDICADOR(ES)

1. GRAU DE DESENVOLVIMENTO DE CONSTRUÇÃO, EXPANSÃO OU CONSERVAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 70 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Prevê-se para o final do PPA o índice de 74%, e não o originalmente previsto em 2003 de alcance de 100% em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desenvolvimento socioeconômico nacional necessita da continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária, que visa a apoiar as empresas no escoamento de suas produções; aumentar as opções de acesso ao território nacional, beneficiando a indústria do turismo; promover a integração regional como parte da inserção competitiva do país e do Mercosul; e estabelecer opções de acesso para aeronaves militares em todo o país como fator de integração, desenvolvimento e defesa nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos, indicados abaixo, estão relacionados com a reforma e ampliação de vários aeroportos e aeródromos estratégicos para a Defesa Nacional,

assegurando a manutenção, em condições de uso, da malha aeroviária brasileira, composta por aeronaves civis e militares, e contribuindo, decisivamente, para a segurança nacional e para o desenvolvimento de Municípios nos quais, muitas vezes, o avião é o único meio de transporte:

- Continuação das obras de reforma e ampliação das pistas de pouso dos aeródromos de Ipiranga - AM, Eirunepé - AM, Palmeiras do Javari - AM, Bittencourt - Jupará - AM, Estirão do Equador - AM, Iauaretê - AM, Maturacá - AM, Oiapoque - AP, Surucucu - RR e Tiriós - PA.
- Implantação de Seções Contra-incêndio nos aeródromos da Base Aérea de Santa Cruz - RJ, Parintins - AM, Fernando de Noronha - PE, Breves - PA, Alta Floresta - MT, Humaitá - AM, Porto de Moz - PA e Barcelos - AM.
- Construção do novo terminal de passageiros e ampliação do sistema de pistas e pátios, do Aeroporto Internacional de Maceió - AL.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Devido ao contingenciamento das ações pertinentes às unidades orçamentárias “Comando da Aeronáutica” e “Fundo Aeronáutico”, os recursos não foram suficientes para executar a programação inicialmente prevista.

Nessas ações, o planejamento é coordenado e consolidado pelo Estado-Maior da Aeronáutica, visando à aplicação eficaz e eficiente dos recursos destinados ao desenvolvimento e ao aprimoramento da infra-estrutura aeroportuária. Os recursos são descentralizados para as várias unidades executoras e a execução é acompanhada pela Diretoria de Engenharia da Aeronáutica, pelo Departamento de Aviação Civil e pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, que enviam relatórios mensais ao gerente do programa, o qual realiza visitas às principais obras em andamento.

Ressalta-se, também, que o contingenciamento de recursos provocou a reprogramação das ações 5150 – “Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional”, 5154 – “Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual”, 12CD – “Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional” e 12CE – “Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual”, implicando a alteração das metas físicas nas ações envolvidas. Após essa reprogramação, a execução do programa ocorreu de acordo com o replanejamento realizado, apresentando resultados dentro do esperado.

Para as ações das demais unidades orçamentárias, o Gerente tem encontrado dificuldades no monitoramento, por se tratar de entidades vinculadas ao Ministério, caso da unidade orçamentária 52212 (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária–INFRAERO), ou por pertencerem a outros ministérios.

Saliente-se que nas unidades orçamentárias 28234 (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e 54201 (Embratur-Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado ao Ministério do Turismo), não havia coordenadores de ação designados, impossibilitando o fornecimento de subsídios ao Gerente para o acompanhamento das respectivas ações.

Em relação às ações não-orçamentárias, cuja execução é de responsabilidade da INFRAERO e que contribuem para a consecução do objetivo do programa, também não houve acompanhamento da execução.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Estabelecimento de sistemática de acompanhamento da execução das ações de responsabilidade de unidades orçamentárias fora do Comando da Aeronáutica, visando ao cumprimento do Decreto no 5233, de 6 de outubro de 2004.
- Designar coordenadores para as ações pertinentes a essas unidades orçamentárias.

ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA

OBJETIVO

Formar e educar continuamente os recursos humanos, a fim de prover profissionais habilitados a atender às necessidades do Comando da Aeronáutica.

PÚBLICO-ALVO

Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 8.079.820,00	Empenho Liquidado: R\$ 8.073.661,00 Pago estatais: - Total: R\$ 8.073.661,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE APROVEITAMENTO ACADÊMICO (FORMAÇÃO)

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 98 em dezembro de 2005

Índice previsto ao final do PPA: 92

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice ao final do PPA já foi ultrapassado em 6 pontos percentuais.

2. TAXA DE APROVEITAMENTO ACADÊMICO (PÓS-FORMAÇÃO)

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 99 em dezembro de 2005

Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice ao final do PPA já foi ultrapassado em 4 pontos percentuais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

É imprescindível que os servidores militares e civis das Forças Armadas sejam constantemente motivados a aperfeiçoarem-se e a qualificarem-se para o melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas. Para que isso aconteça, as oportunidades devem ser oferecidas freqüentemente, tanto no sentido da elevação do seu nível cultural, quanto da sua capacidade profissional. De igual importância

é a orientação do jovem estudante para a carreira militar, promovida através das instituições militares de ensino fundamental e médio.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Reformulação do Currículo Mínimo do Curso de Formação de Oficiais Especialistas, com a implantação de MBA em Capacitação Gerencial.
- Consolidação dos cursos de MBA para os alunos dos cursos de Política e Estratégia Aeroespaciais e Comando e Estado-Maior.
- Consolidação do Curso de Administração na Academia da Força Aérea.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou praticamente 100% da dotação prevista, que era de R\$ 8.079.820,00. Os recursos orçamentários foram suficientes e liberados em fluxo compatível com a programação.

O cumprimento das metas físicas ocorreu dentro do esperado. Cabe salientar que a meta física, em alguns casos, é maior que o planejado inicialmente, quando há ativação de algum curso não previsto. Porém, a regra geral é que o número de alunos diminua devido a desistências, seja por inaptidão, por motivo de saúde ou por falta de aproveitamento.

Destacam-se, positivamente, as seguintes ações, que apresentaram desempenho muito superior à meta:

- Ação 2744 – “Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais e Civis”: matriculou 2.654 alunos, o que equivale a 210% da meta prevista, de 1.260 alunos.
- Ação 2514 – “Formação de Oficiais”: matriculou 1.218 alunos, o que equivale a 248% da meta prevista, de 490 alunos.

O aumento da eficiência dos cursos deveu-se à revisão curricular, à adoção de práticas docentes mais modernas e à implantação de vários MBA, de forma a melhorar a qualidade dos cursos realizados, além de melhorias realizadas na infra-estrutura de algumas escolas (com recursos de outros programas, específicos para este fim).

Por meio de avaliações, ao final de cada curso, que envolveram aspectos como coordenação, currículo, conteúdo das disciplinas, corpo docente e infra-estrutura, a coordenação do curso promoveu as melhorias apontadas e consideradas viáveis. Ademais, a despeito de algumas limitações impostas por aspectos ligados a bibliotecas, equipamentos de informática, instalações e laboratórios, essas avaliações indicaram que os beneficiários do programa estão muito satisfeitos com os cursos realizados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA

OBJETIVO

Formação e educação na área de recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 16.311.859,00	Empenho Liquidado: R\$ 9.438.995,00 Pago estatais: - Total: R\$ 9.438.995,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 84 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A viabilidade de alcance do índice final do PPA dependerá do volume de recursos alocados ao programa.

2. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 80 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A viabilidade de alcance do índice final do PPA é baixa e dependerá do volume de recursos alocados ao programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

É necessário que os servidores militares e civis das Forças Armadas sejam constantemente motivados a aperfeiçoarem-se e a qualificarem-se para o melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas, e que as oportunidades para tal

sejam freqüentemente oferecidas, tanto no sentido da elevação do seu nível cultural, quanto da sua capacidade profissional. De igual importância é a orientação do jovem estudante para a carreira militar, promovida através das instituições militares de ensino fundamental e médio. Assim, são objetivos específicos deste programa a formação, o aperfeiçoamento e a qualificação dos recursos humanos para as Forças, a fim de prover profissionais habilitados a cumprir a missão da Marinha.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Formação de 685 Oficiais nos cursos de Altos Estudos pela Escola de Guerra Naval (EGN).
- Formação de 471 militares em diversos cursos de pós-graduação, mestrados e cursos técnicos, nas áreas de interesse da Marinha Brasileira - MB, no Brasil e no exterior, em diversas instituições de ensino, outras Forças Armadas e Órgãos Civis.
- Formação de 633 alunos pelo Colégio Naval.
- Especialização e aperfeiçoamento de 419 oficiais e 3.100 praças, pelos Centros de Instrução da MB.
- Formação de 1.156 Oficiais pela Escola Naval e pelo Centro de Instrução Almirante Wandenkolk.
- Formação de 3.200 praças pelo Centro de Instrução Almirante Alexandrino e pelas Escolas de Aprendizes de Marinheiros de Pernambuco, do Ceará, do Espírito Santo e de Santa Catarina.
- Realização de 50 cursos à distância, atingindo 1.478 alunos, em diversas áreas como Administração, Saúde, Operações, Línguas (em parceria com Instituição Privada) e Altos Estudos Militares.
- Criação do Curso Especial de Direito Internacional Humanitário, tendo como público-alvo o pessoal que comporá as Missões de Paz da ONU, em face do aumento da participação da MB nesse tipo de Missão.
- Promoção do Simpósio “O Mar e a Amazônia Azul: o Comércio Exterior, o Transporte Marítimo e os Portos Brasileiros”, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento e a evolução do pensamento político-estratégico naval brasileiro.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos estiveram dentro do esperado, de acordo com a quantidade de recursos disponibilizados, seja pelas quantidades de discentes egressos das escolas e centros, seja pela qualidade satisfatória da grande maioria deles. Entretanto, a restrição orçamentária foi o fator limitador, impedindo que o Sistema de Ensino Naval (SEN) caminhasse lado a lado com a evolução tecnológica.

Em razão do insuficiente limite de movimentação e empenho, houve a necessidade do contingenciamento de parte das dotações orçamentárias, o que prejudicou a adequada condução das atividades relacionadas ao programa. Ademais, a liberação parcelada dos recursos implicou a necessidade de postergar-se a execução de diversas atividades do Programa. Saliente-se que os recursos orçamentários disponibilizados foram utilizados integralmente.

No que tange à ação “Cursos Pós-graduação”, houve o cancelamento de alguns cursos extra-MB programados no País e no exterior, concorrendo para

o descompasso do aprimoramento técnico necessário para o conhecimento dos militares e civis da MB.

Na ação “Cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégia”, em 2005, mantiveram-se os cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores, em nível de pós-graduação lato sensu, tipo Master of Business Administration (MBA), ministrado em conjunto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O monitoramento das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Esse Conselho, internamente, exerce função semelhante à da Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista no Dec nº 5.233/2004.

Cumprir esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral. Ressalta-se, dentre os aspectos que necessitam ser aprimorados, a introdução de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, conforme o previsto no Decreto de Gestão do PPA.

O grau de satisfação do público-alvo é aferido, principalmente, por meio de pesquisas e inquéritos pedagógicos realizados juntos aos alunos. Também são elaborados relatórios por parte das organizações militares que receberem esses recursos humanos formados e/ou aperfeiçoados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Sistema do Plano Diretor (SPD) foi adotado pela MB há mais de 45 anos e vem recebendo contínuo aprimoramento. Entretanto, atualmente, ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário e financeiro do Governo Federal. Ainda assim, O SPD contribui de forma significativa para que os recursos disponibilizados para a Força sejam aplicados com tempestividade e efetividade.

RECOMENDAÇÕES

- É necessária a melhoria da infra-estrutura das instalações de ensino, principalmente no Colégio Naval (ensino médio) e no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (formação, especialização e aperfeiçoamento de oficiais), e da qualificação do corpo docente, a qual depende da necessidade de expansão dos referenciais monetários atribuídos ao programa.
- Faz-se necessário suprir a lacuna de equipamentos instrucionais nas diversas organizações militares componentes do Sistema de Ensino da Marinha, principalmente de simuladores, cuja falta é devida aos recursos orçamentários e financeiros alocados ao programa, ao longo dos anos, em patamar inferior às suas necessidades.

ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO

OBJETIVO

Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Exército Brasileiro.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 23.683.808,00	Empenho Liquidado: R\$ 22.651.406,00 Pago estatais: - Total: R\$ 22.651.406,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO EXÉRCITO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 96,56 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Os resultados obtidos confirmaram que as metodologias empregadas no processo ensino-aprendizagem estão de acordo com os objetivos propostos nos Planos Gerais de Ensino em vigor.

CONTEXTUALIZAÇÃO

É imprescindível que os servidores militares e civis das Forças Armadas sejam constantemente motivados a aperfeiçoarem-se e a qualificarem-se para o melhor cumprimento das missões que lhe são atribuídas. Para que isso seja viável, as oportunidades devem ser freqüentemente oferecidas, tanto no sentido da elevação do seu nível cultural, quanto da sua capacidade profissional. De igual importância é a orientação do jovem estudante para a carreira militar, promovida através das instituições militares de ensino fundamental e médio.

A formação, o aperfeiçoamento e a qualificação dos recursos humanos para as Forças consiste no objetivo específico deste programa, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando do Exército.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A Universidade do Sul de Santa Catarina e o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército Brasileiro firmaram, em 31 de agosto de 2005, convênio para a oferta de cursos de graduação à distância em condições especiais, objetivando atender ao seguinte público: militares da ativa, militares da reserva remunerada do exército brasileiro e seus dependentes (nos termos da Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980) e servidores civis do exército brasileiro.
- Os colégios militares tiveram desempenho destacado no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), obtendo as primeiras colocações nas seguintes capitais: Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Manaus, Porto Alegre e Salvador.
- Cabe ressaltar que os colégios militares que não obtiveram as primeiras colocações no ranking divulgado, alcançaram médias em torno de 60 (índice acima da média nacional, que gira em torno de 40).
- Ensino à distância desenvolvido pelo Colégio Militar de Manaus, que atende a dependentes de militares que servem em localidades distantes do interior da Amazônia e a dependentes de militares que servem no exterior. São atendidos dependentes nas seguintes localidades: Normandia, Bonfim, Auaris, Boa vista, Maturacá, São Gabriel da Cachoeira, São Joaquim, Tabatinga, Cruzeiro do Sul, Porto Velho, Tefé, Eirunepé, Clevelândia, Macapá, V. Bittencourt, Marabá, E. do Equador. No exterior são atendidas as seguintes localidades: EUA, México, El Salvador, Equador, Bolívia, Paraguai, Rússia e China.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Apresentou-se dentro do esperado. O Exército, como um todo, é atendido em virtude de, após o término dos cursos, os militares concludentes serem classificados nas diversas organizações militares localizadas em todo o território nacional. A qualidade do ensino ministrado nos diversos estabelecimentos de ensino do Exército destaca-se pela apresentação e desenvoltura das habilidades que são desenvolvidas pelo corpo discente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foi aperfeiçoada a forma de apuração do índice do indicador, eliminando possíveis assimetrias de informações.

RECOMENDAÇÕES

- Migrar a ação 2A82 – “Graduação e Pós-graduação em Engenharia” para o programa 0642 – “Tecnologia de Uso Terrestre”.
- Há a necessidade de alocar-se mais recursos orçamentários para atender ao programa, tendo em vista o acréscimo de estabelecimentos de ensino a serem atendidos.

GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas na área das Forças Armadas.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 41.951.668,00	Empenho Liquidado: R\$ 40.781.495,00 Pago estatais: - Total: R\$ 40.781.495,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”

CONTEXTUALIZAÇÃO

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento de 12.400 itens na base de catalogação do Sistema de Catalogação das Forças Armadas (SISMICAT), alcançando um total de cerca de 650 mil itens.
- Manutenção do Brasil no nível TIER-2 (classificação do sistema OTAN de catalogação), em decorrência do desempenho positivo do sistema brasileiro de catalogação, o Sistema Gerencial de Dados de Catalogação (SGDC).
- Realização dos estudos para a ativação do centros de Certificação, de Metrologia, de Normalização e de Fomento Industrial das Forças Armadas(CCMEFA).
- Implementação do MBA em altos estudos de política e estratégia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R\$ 40.781.495,00, o que equivale a 97,2% do montante previsto, de R\$ 41.951.668,00.

A ação 2864 – “Alimentação de Pessoal”, executou 100% do montante previsto. Observe-se que, durante o exercício, a ação necessitou de crédito suplementar de R\$ 117.955,00 para a adequação das necessidades do MD, que incluem a alimentação de militares que participam de cursos promovidos pelo Ministério da Defesa.

A ação 2055 – “Altos Estudos de Política e Estratégia”, a cargo da Escola Superior de Guerra (ESG), atingiu a meta prevista, de 260 treinandos, e promoveu a participação de outros 1.150 alunos em atividades afins, tais como seminários, cursos e ciclos de extensão e estudos na área de política e estratégia. Os custos decorrentes dessa superação de meta foram exclusivamente relacionados à logística operacional da ESG.

Destaca-se, também, o plano de capacitação de recursos humanos do MD que, por meio da ação 4572 – “Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”, promoveu o treinamento de 558 servidores, superando a meta prevista, de 447 servidores.

Quanto à ação 1E01 – “Apoio ao Reaparelhamento das Forças Armadas”, criada por emenda parlamentar, houve dificuldade no que diz respeito à mensuração do produto e à organização militar modernizada. Em relação ao produto e à meta física prevista, observou-se, ainda, a inadequação na utilização de recursos das três Forças. Assim, não houve possibilidade de mensurar a execução física da ação.

Quanto ao monitoramento do desempenho físico das ações, cabe salientar a ação 2864 – “Alimentação de Pessoal”, cujo acompanhamento é efetuado por equipamento (catraca) instalado na entrada do local onde é fornecida a alimentação.

As demais ações apresentaram desempenho dentro do previsto. Quanto aos recursos e/ou infra-estrutura para a implementação do programa, constatou-se:

- Inadequação dos equipamentos de informática utilizados.
- Rede corporativa de dados deficiente.
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, pois esta também é responsável pela gestão administrativa da Administração Central do Ministério da Defesa.

A gestão do programa que, em 2005, estava a cargo da Gerência de Planejamento, do Departamento de Orçamento e Finanças, foi transferida, em 2006, para a Diretoria do Departamento de Administração Interna, visando a incrementação da integração e coordenação das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Migrar a ação 2864 – “Alimentação de Pessoal” para o programa 0750 – “Apoio Administrativo”, por ser de natureza tipicamente administrativa.

MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL

OBJETIVO

Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 6.935.225,00	Empenho Liquidado: R\$ 5.506.756,00 Pago estatais: - Total: R\$ 5.506.756,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE CAPACITAÇÃO LOGÍSTICA NACIONAL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 40 em dezembro de 2005

Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A falta de legislação específica para as atividades de mobilização nacional foi significativa para o fato de o índice não ter variado desde sua primeira apuração, em 2003, igual a 40%.

Para atingir o índice previsto (90%) ao final do PPA, é necessário que haja um crescimento científico e tecnológico muito grande, que permita à logística nacional atender em quantidade, qualidade e oportunidade à demanda de todas as hipóteses de emprego das Forças Armadas, o que torna muito baixa a viabilidade de alcance dessa previsão.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para o Brasil posicionar-se à altura de sua importância político-estratégica em face de possíveis e eventuais ameaças, torna-se condição essencial alcançar uma elevada capacidade de mobilização, colocando o país em condições de transformar sua estrutura de paz, com o máximo de efetividade e um mínimo de transtorno para a sociedade brasileira. Nesse sentido, deve-se assegurar o funcionamento de mecanismos de complementaridade nas necessidades logísticas do país, visando,

quando necessário, à efetiva capacidade de obtenção de recursos adicionais, de toda ordem, necessários à sua defesa ou em ações de interesse da sociedade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Realização dos Estágios Intensivos de Mobilização Nacional nas cidades de Brasília, Manaus, Porto Alegre e Recife.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

As metas físicas das ações foram 100% implementadas e a execução financeira, de R\$ 5.506.756,00, equivale a 79% do valor previsto.

Os recursos alocados, contudo, limitaram sobremaneira o aumento de metas, embora a liberação, ao longo do exercício, tenha sido compatível com a execução da metas previstas.

O programa sofre o efeito da falta de aprovação e regulamentação da Lei de Mobilização, o que impede que o Ministério da Defesa, órgão central do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), emita diretrizes aos demais órgãos setoriais do sistema. A infra-estrutura da equipe gerencial foi adequada, mas após a implantação do SINAMOB em todos os seus órgãos integrantes, haverá a necessidade de aporte de recursos humanos capacitados, além de grande volume de recursos financeiros.

A satisfação do público-alvo é avaliada em todos os eventos realizados, por meio de fichas nas quais observam-se todos os aspectos dos eventos, além de sugestões emitidas pelos participantes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

PROANTAR

OBJETIVO

Efetuar pesquisas conjuntas, visando ao conhecimento científico dos fenômenos antárticos.

PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil e comunidade científica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 7.939.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 4.524.386,00 Pago estatais: - Total: R\$ 4.524.386,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE PESQUISAS REALIZADAS NA ANTÁRTICA

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 56 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 57

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre as nossas áreas territoriais e marítimas, levaram a Marinha a participar, em conjunto com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisas, subordinados à Política Nacional para Assuntos Antárticos, dos trabalhos de exploração científica e ocupação da Antártica. Essas pesquisas têm o intuito de obter informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, na agricultura e na pesca, além de garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção, no Continente Antártico, da Estação Antártica “Comandante Ferraz” (EACF) e de sua estrutura de apoio logístico móvel, composta pelo Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel” e helicópteros.

- Início, em 21 de outubro de 2005, da Operação Antártica XXIV, com previsão de participação de 109 pesquisadores, em 23 projetos científicos de relevância para os interesses nacionais no Continente Antártico.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados obtidos estão diretamente relacionados à disponibilidade de recursos, que não foram suficientes para a execução de toda a programação de pesquisas científicas, devido aos reduzidos referenciais orçamentários atribuídos ao Programa.

Os recursos orçamentários disponibilizados (Limite de Movimentação e Empenho) foram utilizados integralmente. Todavia, em razão do limite imposto à Marinha, houve a necessidade do contingenciamento de parcela das dotações orçamentárias, o que prejudicou a adequada condução das atividades, principalmente em relação à aquisição e à manutenção dos equipamentos da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Saliente-se que as restrições orçamentárias dos últimos anos fizeram com que o fluxo de recursos interministeriais direcionados ao PROANTAR fossem interrompidos, com exceção da Marinha, que permaneceu arcando com seus custos logísticos. Diante dessa situação e do desgaste natural do material, após 22 anos de existência, a EACF apresenta-se degradada e com forte processo de corrosão de todos os seus sistemas e módulos, o que pode provocar danos ambientais ao Continente Antártico. Mantida a situação atual, haverá riscos indesejáveis quanto à segurança do pessoal e à integridade do Navio e da Estação, não restando outra alternativa, a não ser reduzir o Programa até sua paralisação total. Isto implicará o descredenciamento do País como membro efetivo do Tratado da Antártica, com indesejáveis conseqüências para o Brasil no contexto das nações.

A periodicidade de liberação e a indisponibilidade para empenho do total das dotações orçamentárias inviabilizaram o ganho de qualidade no desempenho das ações deste programa. OLME atribuído a Marinha em 2005 exigiu o contingenciamento de parte dos créditos. Ademais, o atraso na liberação dos recursos orçamentários prejudicou o atendimento de parte das atividades programadas.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e avaliadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade será mensal e/ou trimestral.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Sistema do Plano Diretor (SPD) foi adotado pela Marinha Brasileira há mais de 45 anos. Apesar do seu contínuo aprimoramento, o sistema ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário e financeiro do Governo Federal. Ainda assim, O SPD contribui de

forma significativa para que os recursos disponibilizados à Força sejam aplicados tempestiva e efetivamente.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar o objetivo do Programa, para: “Efetuar pesquisas conjuntas, visando ao conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica”.
- Alterar o público-alvo para: “Sociedade brasileira, especialmente a comunidade científica, as universidades, empresas nacionais e órgãos integrantes da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), ligadas ao PROANTAR”.
- Alterar a justificativa, para: “Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre nossas áreas territoriais e marítimas levaram a Marinha a participar, em conjunto com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisa, executores da Política Nacional para Assuntos Antárticos, da pesquisa científica na Antártica, visando a obtenção de informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, na agricultura e na pesca além de garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico. A presença brasileira na Antártica é garantida pela permanência mínima de um Grupo Base na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) durante todo o ano.
- Reavaliação dos atributos das ações deste programa.
- Necessidade de introdução de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, conforme previsto no Decreto de Gestão do PPA.

PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO

OBJETIVO

Aumentar a produção nacional de armamentos necessários à defesa nacional e à segurança pública.

PÚBLICO-ALVO

Forças Armadas brasileiras e polícias militares.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 1.400.000,00	Empenho Liquidado: -
	Pago estatais: R\$ 1.400.000,00
	Total: R\$ 1.400.000,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE NACIONALIZAÇÃO DOS ARMAMENTOS UTILIZADOS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador do programa, medido pela relação percentual entre a quantidade dos armamentos utilizados pelo Exército brasileiro produzidos no País e a quantidade total dos armamentos utilizados pelo Exército brasileiro produzidos no País e no exterior, nunca foi aferido, não havendo previsão de índice ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Este programa envolve as atividades desenvolvidas pela Indústria de Material Bélico (IMBEL), que está em processo de reestruturação, haja vista a situação deficitária em que se encontra, inclusive, sem capacidade de novos investimentos. Nesse sentido, grande parte de suas atividades produtivas ficou prejudicada, até à solução do problema.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Não há.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou R\$ 1.400.000,00, o que equivale a 100% do montante previsto. Já a execução física da principal ação, "Adequação do Parque Industrial", também atingiu 100% da meta prevista: 10% do parque industrial adequado.

Ressalte-se que, embora os recursos financeiros tenham sido gastos conforme o montante planejado, eles foram liberados com atraso (em dezembro de 2005) e foram insuficientes para o cumprimento do objetivo pretendido: aumentar a produção de explosivos e cargas para munições.

O monitoramento do desempenho físico das ações é efetuado por meio do acompanhamento de relatórios mensais e trimestrais, abrangendo toda a empresa IMBEL, e da realização de visitas e inspeções.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Rever o atual indicador, tendo em vista a dificuldade de sua aferição. O novo indicador deverá considerar os itens produzidos pela IMBEL, que são utilizados pelas três Forças e não só pelo Exército. Assim, deveriam ser revistos todos os atributos, inclusive a denominação.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira, com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e de proporcionar os meios de apoio a uma eficiente operação, em proveito de sua missão constitucional.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 677.133.220,00	Empenho Liquidado: R\$581.756.329,00 Pago estatais: - Total: R\$ 581.756.329,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ADEQUAÇÃO DOS MEIOS OPERATIVOS DA AERONÁUTICA

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 78,18 em dezembro de 2005

Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Este indicador é composto por três subindicadores: Indicador Aeronaves, Indicador Logístico e Indicador Infra-Estrutura. O primeiro apresenta viabilidade de alcance alta e os dois últimos, baixa. Dessa forma, pode-se concluir que a viabilidade de alcance do indicador do Programa é média.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os objetivos da segurança e da defesa exigem que se promova a necessária modernização dos equipamentos das Forças Armadas, de modo a proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e adequado às suas dimensões territoriais e necessidades estratégicas.

É preciso destacar, ainda, o componente tático do transporte aéreo, observando-se a extensão do país e a eventual necessidade de transportar tropas para regiões distantes ou de difícil acesso, a exemplo da área estratégica da Amazônia.

Assim, faz-se necessário o reaparelhamento e a adequação dos meios operativos da

Força Aérea Brasileira às necessidades do país, no que concerne à defesa aérea, com o objetivo de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de 24 aeronaves AL-X.
- Aquisição das duas últimas aeronaves P-3, a serem modernizadas.
- Aquisição de uma aeronave EMB-120.
- Aquisição de uma aeronave EMB-145.
- Aquisição de 45 viaturas leves.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R\$ 581.756.329,00, o que equivale a 86% dos recursos previstos de R\$ 677.133.220,00. Em relação aos planos em vigor no Comando da Aeronáutica, destaca-se que os recursos contemplados na Lei Orçamentária Anual - LOA 2005 foram insuficientes para o desenvolvimento das ações previstas, afetando, especialmente, o processo de aquisição e modernização de aeronaves da Força Aérea Brasileira, conforme demonstra a tabela a seguir:

Ação	Necessidades Orçamentárias	LOA 2005
3113 Aquisição de Aeronaves	R\$ 1.993.046.019,00	R\$ 479.151.992,00
3116 Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica	R\$ 10.519.032,00	R\$ 8.000.000,00
7861 Implantação de Sistemas de Simulação	R\$ 10.288.512,00	R\$ 3.000.000,00
3105 Aquisição de Veículos de Superfície	R\$ 11.542.000,00	R\$ 2.000.000,00
3120 Construção e Aquisição de Instalações Militares	R\$ 25.459.287,00	R\$ 6.000.000,00
3123 Implantação de Novos Sistemas Bélicos	R\$ 91.850.675,00	R\$ 8.000.000,00
5261 Implantação de Sistemas de Telemática Militar	R\$ 32.525.548,00	R\$ 2.000.000,00
3108 Modernização de Instalações Militares	R\$ 4.237.999,00	R\$ 3.991.694,00
3128 Modernização e Revitalização	R\$ 859.316.311,00	R\$ 155.989.534,00
1493 Obtenção de Próprios Residenciais para a Aeronáutica	R\$ 15.000.000,00	R\$ 9.000.000,00
TOTAL	R\$ 3.053.785.383	R\$ 677.133.220

Quanto ao contingenciamento orçamentário, salienta-se que, como a aquisição e a modernização de aeronaves encontra respaldo na Diretriz Presidencial de 13 de julho de 2000, muitos contratos foram assinados, inclusive no exterior, para o desenvolvimento dos projetos ao longo do período compreendido entre 2000 e 2007. Assim, os entraves orçamentários vêm afetando o cumprimento de prazos

dos projetos e gerando conseqüências negativas aos compromissos comerciais e financeiros assumidos, além de comprometerem a realização de metas relativas à recuperação operacional da Força Aérea Brasileira - FAB.

Quanto à execução física das ações, destacam-se:

1. Ação 3113 - Aquisição de Aeronaves: devido, em parte, à suplementação de R\$ 372.946.883,00, foram adquiridas 28 aeronaves, quando o previsto na LOA eram 13 aeronaves, previsão essa que não foi ajustada ao crédito suplementar.
2. Ação 3105 - Aquisição de Veículos de Superfície: execução de 155,17%, devido à modalidade de aquisição por Pregão, o que propiciou a redução dos custos das viaturas, além da aquisição de viaturas leves, em detrimento de outras, pesadas e necessárias, obedecendo aos limites orçamentários disponibilizados na LOA 2005.
3. Ação 3123 - Implantação de Novos Sistemas Bélicos: a indisponibilidade de recursos para material permanente obrigou à postergação de várias etapas de 2005 para o ano seguinte. Foram priorizados os serviços de Assistência Técnica e Treinamento, além de material de suprimento, deixando para 2006 o recebimento da maior parte dos equipamentos de teste e de apoio de solo. A tramitação dos termos aditivos para a atualização técnica de equipamentos e para a redução de objeto de quatro contratos em vigor, finalizada apenas em agosto, motivou a postergação de várias etapas em bloco, por vários motivos, dentre os quais destacam-se: a complexidade do programa, composto por 4 contratos plurianuais, sendo um no exterior, que possuem cronogramas físico-financeiros interdependentes, de modo que atrasos ou dificuldades em qualquer deles causam impactos nos outros; e a repactuação que resultou na redução de itens do objeto, fato que causou a necessidade de a contratada renegociar insumos com fornecedores internacionais (África do Sul, Alemanha, Escócia, Estados Unidos e Inglaterra), provocando atrasos na produção e, conseqüentemente, a solução de continuidade nos mencionados cronogramas.
4. Ação 7861 - Implantação de Sistema de Simulação: dificuldades em licitação internacional fizeram com que o órgão responsável pelos projetos realizasse um novo planejamento, com a redefinição dos recursos. Isso determinou que os empenhos fossem executados apenas no segundo semestre, com reflexos na execução física de 48,67% do sistema.
5. Ação 3116 - Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica: alcançou somente 55% de execução física, pois a definição de equipamento de comunicação e eletrônica é bastante abrangente e pode ser empregada para se referir tanto a equipamentos de navegação/comunicação aérea/terrestre quanto a equipamentos de eletrônica fina; todos de concepção sofisticada e custo elevado. O ocorrido em 2005 pode ser utilizado como referência para equipamentos, acessórios e componentes não tão sofisticados, de baixo custo unitário e, portanto, se necessário, adquirido em quantidades maiores.
6. Ação 3128 - Modernização e Revitalização de Aeronaves: cumpriu a meta física de apenas 9 aeronaves, atingindo 45% do previsto, em decorrência dos problemas técnicos da contratada do Projeto F-5BR. No ano de 2005, estava prevista a entrega de 20 aeronaves à FAB.
7. Ação 1493 - Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a

Aeronáutica: apresentou um percentual de execução física de 0%, embora todos os recursos tenham sido empenhados e as obras devam ser concluídas em 2006. A execução física dessa ação compreende a: 6% da construção de 56 apartamentos na Vila de Oficiais da Barra da Tijuca; 12% dos serviços previstos para um prédio de 4 pavimentos comportando 20 apartamentos e para um prédio de um pavimento comportando 12 unidades habitacionais, no Bairro Flores, em Manaus-AM.

O monitoramento da execução física das ações é realizado mensalmente, por meio de planilhas próprias, encaminhadas pelo gerente do programa aos coordenadores de ações, e atualizadas pelos últimos, que utilizam as informações fiscais dos contratos. A partir de setembro de 2005, foi instituída, no âmbito do Estado-Maior da Aeronáutica, a Inspeção Gerencial, com o objetivo de examinar a gestão relativa aos aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade dos programas, ações, projetos e atividades de responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Ademais, além do acompanhamento constante, foram realizadas duas reuniões com os coordenadores de ações, em que foram esclarecidos todos os aspectos do programa e definidas as atribuições e os prazos a serem cumpridos. Foi aperfeiçoada, também, uma planilha para o encaminhamento das informações dos gerentes de projetos aos coordenadores de ações, e vice-versa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades de aplicação do Poder Naval.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 325.349.497,00	Empenho Liquidado: R\$ 216.656.200,00 Pago estatais: - Total: R\$ 216.656.200,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 31 em dezembro de 2005

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Em face aos limites orçamentários, estima-se que a viabilidade de indicador, medido pela relação percentual entre o número de meios adequados à defesa existentes e o total de meios adequados necessários, alcançar o índice previsto ao final do PPA é baixa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os objetivos da segurança e da defesa exigem que se cuide da modernização das Forças Armadas, promovendo a necessária atualização de seus equipamentos, de modo a proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e adequado às suas dimensões territoriais e necessidades estratégicas.

A extensão do litoral brasileiro e das águas territoriais exigem uma força naval eficiente e o espaço marítimo a ser controlado requer um sistema que permita projeção de poder sobre esta vasta área de inegável valor estratégico. O desenvolvimento das forças de superfície e de submarinos para este espaço justifica o reaparelhamento dos estaleiros do país, de forma a promover a autonomia estratégica.

O objetivo específico do programa é reaparelhar e adequar os meios operativos e a estrutura da Marinha do Brasil às necessidades do país, relativamente à defesa naval,

com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Início da concepção do projeto para a construção, no País, de um submarino convencional e para a modernização dos existentes na Força de Submarinos, bem como para o estabelecimento das bases para a assinatura de um Acordo de Compensação (OFFSET), que se destina a melhorar a capacitação do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), do Centro de Projeto de Navios e do Centro de Armas da Marinha.
- Prosseguimento da construção da Corveta “Barroso”, com perspectiva de conclusão em 2008.
- Conclusão do Programa de Modernização das Fragatas da Classe “Niterói” (FCN), conhecido como ModFrag.
- Lançamento do Submarino “Tikuna” ao mar, em 9 de março de 2005 e sua incorporação à Armada, em 16 de dezembro do mesmo ano.
- Prosseguimento da modernização dos sistemas do Navio-Aeródromo (NAe) “São Paulo”, destacando-se a substituição do Sistema de Processamento de Dados Táticos Navais (SPDTN) existente por um Sistema Nacional.
- Conclusão do desenvolvimento da instalação de tiro nacional para Míssil EXOCET MM-40, para as Fragatas da Classe Greenhalgh (FCG), inclusive com o lançamento real de um míssil.
- Aquisição de 50 viaturas tipo Land Rover-Defender, dando continuidade ao Programa de Reparelhamento do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira atingiu o valor de R\$ 216.656.220,00, o que equivale a 67% do montante previsto de R\$ 325.349.497,00.

O programa utilizou integralmente os recursos orçamentários disponibilizados. Todavia, em razão do contingenciamento da dotação orçamentária, cerca de 34% do montante de créditos consignados na LOA (já considerados os créditos adicionais recebidos durante o exercício) não puderam ser utilizados. Além disso, o montante destinado ao programa encontra-se muito aquém da necessidade da Força.

Cabe ressaltar que os créditos adicionais de R\$ 148 milhões não puderam ser utilizados integralmente, uma vez que não houve a correspondente expansão do Limite de Movimentação e Empenho (LME).

O cumprimento das metas físicas ocorreu em patamar abaixo do previsto, em conformidade, porém, com a disponibilidade de recursos. Salienta-se que, em face dos insuficientes referenciais monetários, as metas físicas foram propostas em patamar inferior ao necessário.

A indisponibilidade de recursos vem reduzindo sobremaneira a capacidade de investimentos da Marinha, fazendo com que o Poder Naval Brasileiro apresente crescente vulnerabilidade estratégica, em decorrência do esgotamento da vida útil das unidades operativas de que dispõe.

Os únicos investimentos em execução são as construções do Submarino “Tikuna” e da Corveta “Barroso” e a modernização das Fragatas Classe “Niterói”.

Ademais, a liberação parcelada dos recursos, o LME e a existência de restos a pagar provenientes do exercício de 2004, tiveram como consequência a necessidade de se postergar a execução de diversas atividades do Programa.

É importante frisar que os projetos de construção naval apresentam um período médio de maturação da ordem de 6 anos, e quaisquer postergações na iniciação do Programa de Reparagem da Marinha (PRM), potencializarão o problema da desativação de unidades operativas.

Ressalte-se, todavia, que a estrutura modular do PRM permite sua execução por projetos individualizados, conforme a premência operacional e estratégica da Marinha, além da sua adequação à política econômica governamental.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição.

Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

A gestão do Programa é realizada pelo Sistema do Plano Diretor (SPD) da Marinha do Brasil, o qual, apesar de seu contínuo aprimoramento, ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário, de planejamento e financeiro do Governo Federal.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades de defesa do território brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 89.109.454,00	Empenho Liquidado: R\$ 60.418.008,00 Pago estatais: - Total: R\$ 60.418.008,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 8,34 em dezembro de 2005

Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice previsto foi significativamente ultrapassado. Tendo em vista que o índice de referência apurado em 2002 foi de 8,75 %, percebe-se que o índice estimado ao final do PPA (2%) foi subdimensionado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A segurança e a defesa nacionais exigem que se cuide da modernização das Forças Armadas, promovendo a necessária atualização de seus equipamentos, de modo a proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e adequado às suas dimensões territoriais e necessidades estratégicas.

O objetivo específico do programa é reaparelhar e adequar os meios operativos e a estrutura do Exército Brasileiro às necessidades do país, no que se refere à defesa terrestre, com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Principais equipamentos adquiridos:

- 762 Materiais aeroterrestres (pára-quedas, fardos e pacotes).
- 652 Armamentos (fuzis, espingardas, pistolas).
- 277 Equipamentos de rádio.
- 62 Viaturas.
- 01 Simulador de queda livre.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R\$ 60.418.008,00, o que equivale a 68 % do montante previsto, de R\$ 89.109.454,00.

O fluxo de liberação de recursos sofreu descontinuidade e atrasos que prejudicaram o planejamento de ação, causando impacto na obtenção de equipamentos e na execução de obras de alto custo.

Registra-se que as necessidades da Força Terrestre estão muito além do que foi alocado no orçamento (LOA + Crédito 2005).

As execuções físicas das ações abaixo relacionadas ficaram comprometidas em virtude de parte dos créditos terem sido contingenciados e/ou remanejados.

- 11 U2 - Implantação da Brigada de Operações Especiais.
- 3144 - Modernização da Força Terrestre.
- 3131 - Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para o Exército.
- 3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.

Salienta-se que esta última ação não teve execução física e financeira.

O monitoramento da execução do programa é realizado por meio de informações obtidas no SIGPlan e no SIAFI, e pelo acompanhamento do Demonstrativo Físico-Financeiro Mensal.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

RECURSOS DO MAR

OBJETIVO

Levantar e compilar dados e informações relativos ao relevo e aos recursos do mar da plataforma continental brasileira, a fim de atender às necessidades da defesa naval e à exploração comercial desses recursos.

PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil e exploradores legítimos da plataforma continental brasileira (comunidade científica, universidades e empresas nacionais).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 2.939.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 2.061.423,00 Pago estatais: - Total: R\$ 2.061.423,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DO RELEVO E DOS RECURSOS EXISTENTES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: 50,0 em dezembro de 2005

Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considera-se baixa a probabilidade de se atingir o índice previsto para 2007, em função da insuficiência dos créditos e recursos orçamentários que vêm sendo aportados ao Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os acordos internacionais relativos ao direito do mar, dos quais o Brasil é signatário, e as necessidades de levantar e explorar os recursos da Plataforma Continental e da Zona Econômica Exclusiva, com finalidades de defesa e comerciais, impelem a Marinha a participar ativamente em trabalhos de levantamento de dados e informações sobre os recursos do mar, em conjunto com outros órgãos governamentais, instituições de pesquisa e empresas nacionais, visando à ampliação dos conhecimentos sobre as potencialidades de nosso mar e à busca de novas formas de exploração/exportação dos recursos marinhos, em benefício da sociedade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Apoio às atividades de 24 projetos de pesquisa, nas áreas de geologia, geofísica, biologia, recursos pesqueiros, oceanografia, meteorologia e sismografia, realizadas na Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP), e aquisição de equipamentos e utensílios para aparelhá-la.
- Fundeio de três bóias fixas de coleta de dados oceanográficos, que compõem a extensão sudoeste do Programa “Pilot Research Moored Array in the Tropical Atlantic” (PIRATA).
- Lançamento de 10 bóias de deriva para coleta de dados oceanográficos no Atlântico Sul.
- Aquisição de 2 estações maregráficas de última geração.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução orçamentária alcançou R\$ 2.061.423,00, o que equivale a 70,1% do montante previsto de R\$ 2.939.000,00.

Quanto ao cumprimento das metas físicas, a execução das ações ocorreu dentro do previsto, em conformidade com a disponibilidade de recursos, com exceção da ação 7112 – “Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva”, gerenciada pelo Ministério das Minas e Energia (MME), por meio do Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Nesta ação os recursos aportados foram utilizados para a realização de mini-workshops, com a finalidade de reformular a Proposta Nacional de Trabalho e elaborar as suas respectivas Propostas Regionais.

No entanto, devido ao aporte de recursos, que ficou aquém do necessário para a consecução do objetivo do Programa, a maioria dos projetos atinentes às diversas ações, à exceção daqueles afetos à Ação 2520 – “Manutenção da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo”, pouco evoluiu em 2005. Ademais, os reduzidos referenciais orçamentários limitaram as atividades à manutenção dos sistemas já em operação e, ainda assim, com restrições.

A ação 7112 – “Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)”, gerenciada pelo MME, também carece de aporte de recursos financeiros suficientes para a conclusão do levantamento dos recursos minerais marinhos da Plataforma Continental Jurídica do Brasil (PCJB).

Cabe salientar os seguintes projetos, que se mantiveram praticamente estagnados:

- Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira, primordial para o levantamento dos recursos minerais não-energéticos brasileiros.
- Apoio ao intercâmbio de conhecimentos, responsável pelo aporte de recursos para investimentos na formação da mentalidade marítima nacional, que proporcionará aos brasileiros conhecerem a importância econômica e estratégica do território brasileiro marinho.
- Apoio às atividades de pesquisa, fundamental para custear a realização de pesquisas no mar, obter e manter meios de apoio (navios), dispor de uma infra-estrutura satisfatória (laboratórios), aumentar o conhecimento

sobre suas riquezas e desenvolver novas tecnologias de aproveitamento sustentável dos recursos do mar.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor da Marinha, que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e avaliadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha. Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade será mensal ou trimestral.

A infra-estrutura para implementação do Programa sofre o impacto de:

- Falta de navios e laboratórios para a condução das pesquisas pelas equipes executoras.
- Equipamentos científicos obsoletos para a realização das pesquisas no mar, dificultando a obtenção de conhecimentos e o levantamento de dados, o que onera a manutenção e, por vezes, inviabiliza os cruzeiros.
- Carência de manutenção adequada e de modernização dos laboratórios existentes em terra firme, além da necessidade de estabelecimento de mais laboratórios científicos no País.

A participação social no programa é efetivada por meio de reuniões regulares com representantes da comunidade científica e da classe empresarial, e pela discussão das atividades no âmbito dos Comitês Executivos da Subcomissão para o Plano Setorial de Recursos do Mar (PSRM) e da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).

A gestão do programa é realizada pelo Sistema do Plano Diretor (SPD) da Marinha do Brasil que, apesar de seu contínuo aprimoramento, ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário, de planejamento e financeiro do Governo Federal.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar o objetivo do programa, para: “Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira, a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais e à exploração comercial desses recursos, gerando divisas para o País”.
- Alterar o público-alvo do programa para: “Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar”.

SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA

OBJETIVO

Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades marítima e fluviária e Marinha do Brasil.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 59.684.198,00	Empenho Liquidado: R\$ 56.364.304,00 Pago estatais: - Total: R\$ 56.364.304,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR

1. COEFICIENTE DE ACIDENTES NÁUTICOS

Unidade de medida: 1/1.000

Último índice apurado: 1,6 em dezembro de 2005

Índice previsto ao final do PPA: 1,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador do programa, medido pelo número de acidentes náuticos registrados a cada mil embarcações existentes, alcançou o índice de 1,6 acidentes por mil embarcações existentes. Tendo em vista que não houve evolução do índice desde a primeira aferição, em 2002, a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA é baixa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Compete à Marinha do Brasil a gestão dos aspectos relacionados à segurança da navegação, ao controle e à proteção dos meios e das pessoas que trafegam nas áreas marítimas e fluviais sob jurisdição brasileira. As atividades executadas nesse sentido, além do propósito primeiro da segurança da navegação, contribuem diretamente para a redução dos custos de navegação e dos fretes dos produtos transportados, resultando em economia de divisas para o País e melhoria das condições para o desenvolvimento nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fiscalização de 2.400 embarcações.
- Produção de 200 cartas náuticas.
- Desenvolvimento do projeto de vetorização dos arquivos originais das cartas náuticas brasileiras, visando a agilizar a produção de cartas náuticas, em papel e eletrônicas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira de R\$ 56.364.304,00 equivale a 94% do montante previsto de R\$ 59.684.198,00, tendo sido utilizados todos os recursos disponibilizados pelo Limite de Movimentação e Empenho. Todavia, a dotação orçamentária foi considerada insuficiente. O contingenciamento, por sua vez, gerou conseqüências negativas, tais como a manutenção inadequada dos equipamentos do Sistema de Sinalização Náutica, ocasionando a permanência de sinais apagados por um longo período de tempo e a queda no índice de eficácia no balizamento. Essa deficiência ampliou os riscos de acidentes náuticos, com prejuízos materiais e riscos à vida humana no mar. Além disso, as solicitações de créditos adicionais, que visavam à redução da grave situação vivenciada pela Marinha, foram parcialmente atendidos, o que gerou a necessidade de priorização. E a irregularidade do fluxo de recursos implicou na necessidade de adiamento da execução de diversas atividades do Programa.

Apesar dos problemas citados, o cumprimento das metas físicas da maior parte das ações ocorreu dentro do previsto, no entanto, em face dos referenciais monetários alocados, as metas de algumas ações foram previstas em patamar aquém do necessário.

No âmbito das ações concernentes ao Ensino Profissional Marítimo, cujo propósito é preparar recursos humanos para o desempenho de cargos e o exercício de funções e ocupações peculiares às categorias de aquaviários, portuários e trabalhadores em atividades correlatas de nível médio e superior, foram realizados 1.394 cursos para as Comunidades Marítima e Portuária e de Atividades Correlatas, pelos Centros de Instrução “Almirante Graça Aranha” (CIAGA), “Almirante Áttila Monteiro Aché” (CIAMA) e “Almirante Braz de Aguiar” (CIABA), pelas Capitânicas dos Portos, Delegacias e Agências, pela Fundação de Estudos do Mar e, ainda, por outras Organizações Militares e Cíveis que, eventualmente, realizam cursos subsidiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

A participação social é promovida por meio dos canais de comunicação existentes nas Capitânicas, Agências e Delegacias que compõem o Sistema de Segurança do

Tráfego Aquaviário (SSTA). Também são captadas críticas e sugestões por meio dos recursos da Internet. Ademais, periodicamente são promovidas reuniões com grupos de interesse como, por exemplo, sindicato de portuários e armadores.

O grau de satisfação dos usuários é verificado mediante pesquisas pedagógicas e utilizando recursos da Internet. Em decorrência dos reduzidos referenciais monetários alocados no programa, a quantidade de beneficiários em relação ao Ensino Profissional Marítimo foi inferior ao esperado pela comunidade marítima, o que provocou reflexo negativo na satisfação dos usuários.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar o público-alvo do Programa para “Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários.”.

SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO

OBJETIVO

Prover o controle e a segurança do vôo no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 498.880.437,00	Empenho Liquidado: R\$ 434.164.687,00 Pago estatais: R\$ 1.381.282,00 Total: R\$ 435.545.969,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. ESPAÇO AÉREO MONITORADO

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 94 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 94

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Em 2005, o indicador, que é medido pela relação percentual entre o espaço aéreo monitorado e o espaço aéreo brasileiro, atingiu o percentual previsto para o final de 2007 (94%).

Deve-se ressaltar que não é de interesse atingir-se a taxa de monitoramento de 100%, considerando-se que a parcela restante (6%) do espaço aéreo continental brasileiro apresenta reduzida densidade de tráfego aéreo, o que não justifica, portanto, o emprego de meios de monitoramento do espaço aéreo.

2. COEFICIENTE DE ACIDENTES AÉREOS

Unidade de medida: 1/100.000
Último índice apurado: 0,53 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 0,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O coeficiente de acidentes alcançou o índice 0,53 (relação entre o número de acidentes ocorridos na aviação civil e o número de aeronaves registradas no DAC, multiplicado por 100), ultrapassando, assim, o índice previsto ao final do PPA, que é 0,56.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O controle do espaço aéreo brasileiro e a sua proteção demandam atenção especial, que deve contar com equipamentos de detecção, tratamento e visualização de dados adequados à extensão do país, e de comunicações e auxílio à navegação aérea e ao pouso. Para tanto, deve-se desenvolver a capacidade de acoplar, tratar, processar e transmitir dados de unidades táticas de controle do espaço aéreo, a fim de proporcionar mais segurança, regularidade e fluidez à circulação aérea nacional. Isso, portanto, exige a modernização da Força Aérea Brasileira, com a aquisição de equipamentos adequados à amplitude territorial do país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Modernização dos Sistemas de Vigilância do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), compreendendo: modernização e implantação de radares; implantação de 3 sistemas centrais de monitoramento e controle remoto e de 5 sistemas regionais (Brasília, Curitiba, Recife, Manaus e São Paulo) de monitoramento e controle remoto.
- Continuidade do suporte às atividades de Busca e Salvamento.
- Continuidade da ampliação da capacidade da vigilância meteorológica, através da implantação de Radares e Estações Meteorológicas em diversas localidades da Região Amazônica.
- Implantação de rede de estações de comunicação por satélite, na Amazônia.
- Implantação da central de áudio em Belém.
- Implantação de dois radares de área terminal e substituição de um radar de mesmo tipo na região de São Paulo.
- Substituição do sistema de tratamento e visualização de dados do APP Rio de Janeiro.
- Implantação de estação meteorológica de superfície Classe 1, em Guaratinguetá.
- Reforma e ampliação da Torre de Controle de Brasília.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R\$ 498.880.437,00, o que equivale a 87,3% do montante previsto de R\$ 435.545.969,00.

O cumprimento das metas físicas demonstrou-se abaixo do previsto, pois os recursos orçamentários, consignados na Lei Orçamentária Anual, foram contingenciados em 14,5%, pela Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, impossibilitando o total cumprimento das metas físicas previstas para o exercício.

A ação 3133 – “Modernização e Revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB” sofreu, em fevereiro de 2005, contingenciamento de cerca de 29% em relação ao crédito orçamentário aprovado pela LOA 2005, passando de R\$

155 milhões para cerca de R\$ 110 milhões. A execução física, por sua vez, alcançou 4,6% de revitalização do sistema, frente a uma previsão de 19%. No entanto, cabe salientar que o valor corrigido corresponde a 7,76% do sistema revitalizado.

A ação 2683 – “Cartografia Aeronáutica”, não apresentou execução físico-financeira, devido a dificuldades na celebração de convênios, ocasionadas pelo fato de a INFRAERO (órgão concedente) não ter alocado recursos para a confecção de Cartas de Aeródromos de seu interesse e do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

Destaca-se que os recursos aprovados na Lei Orçamentária estão aquém dos recursos provenientes de tarifas e das reais necessidades do SISCEAB. Outro fator que contribuiu para o não cumprimento das metas foi o atraso nos processos licitatórios que, por causa da obrigatoriedade de se utilizar o pregão, prejudicou o pronto atendimento das necessidades do SISCEAB.

Quanto ao monitoramento do desempenho físico das ações, a Gerência avalia e consolida os dados lançados pelos coordenadores de ações no SIGPlan. Além disso, são utilizados relatórios mensais e realizadas reuniões do gerente com os coordenadores para discussão sobre o desenvolvimento das ações. São também realizadas, no DECEA, reuniões bimensais com os gerentes de metas para avaliar o desenvolvimento dos empreendimentos.

A implementação do programa foi, ainda, prejudicada pela insuficiência de recursos materiais disponíveis para a equipe gerencial e inadequação da infra-estrutura, tendo em vista que os gerentes e as equipes executoras compartilham, em suas organizações de trabalho, os recursos materiais e a infra-estrutura disponíveis.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS

OBJETIVO

Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar ativo e inativo das Forças Armadas, e a seus dependentes.

PÚBLICO-ALVO

Militares das Forças Armadas e seus dependentes.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 730.215.490,00	Empenho Liquidado: R\$ 701.067.555,00 Pago estatais: - Total: R\$ 701.067.555,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE OCUPAÇÃO HOSPITALAR DA POPULAÇÃO-ALVO

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 70 em dezembro de 2005
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média.

CONTEXTUALIZAÇÃO

É muito importante para a saúde física e mental dos servidores militares das Forças Armadas e de seus dependentes, que lhes sejam garantida a assistência médico-hospitalar e odontológica adequada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Inauguração da UTI Integrada (para as três Forças), no Hospital de Guarnição de Natal, para atender às demandas da região Nordeste.
- Implantação de programas de saúde preventivos.
- Realização do primeiro Curso de Capacitação do Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV/AIDS (CICT).
- Realização, pelo projeto "Retrato da Família Militar", de levantamento de dados sobre a família militar, com o fim de subsidiar os projetos desenvolvidos dentro do programa.

- Instalação dos Pontos de Tele-educação médica continuada nos Hospitais de Guarnição de Porto Velho, São Gabriel da Cachoeira, Marabá, Tabatinga e Tefé, pelo projeto “Incentivo ao Deslocamento de Médicos para Amazônia Legal”.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R\$ 701.067.555,00, o que equivale a 96% do montante previsto, de R\$ 730.215.490,00. Embora o fluxo de recursos tenha sido descontínuo, a realização das metas físicas ocorreu dentro do previsto.

Cabe destacar que o Fator de Custo de Atendimento Médico-Hospitalar (valor estipulado, por militar e por dependente, que serve de base para o cálculo de dotação orçamentária destinada à assistência médico-hospitalar) não sofre atualização desde 1999, necessitando-se, assim, da utilização de recursos próprios das Forças Armadas para cobrir as despesas com serviços de saúde, o que causa impacto negativo em outros programas do ministério.

Destaca-se a ação 2059 – “Atendimento Médico-Hospitalar/Fator de Custo”, que beneficiou 1.678.995 pessoas, superando significativamente a previsão de 1.287.034 pessoas beneficiadas.

Em relação ao quantitativo de recursos humanos, verifica-se carência tanto na equipe gerencial como nas equipes executoras. Ressalta-se que, nas áreas remotas e de difícil acesso do país, entre elas as de fronteira, há insuficiência de profissionais de saúde. Assim, os médicos formados nos grandes centros do país são deslocados para essas áreas, recebendo incentivos financiados por meio de uma articulação entre os ministérios da Defesa, Saúde e Educação.

Há uma parceria entre a ONU (UNAIDS) e o Ministério da Saúde, no “Programa de Prevenção e Controle de DST/AIDS nas Forças Armadas”. Os mecanismos dessa parceria foram cumpridos a contento.

A cobertura do público-alvo é completa, pois todos os militares ativos e inativos, dependentes e pensionistas são contemplados pelo programa. O grau de satisfação do usuário, conforme apurado em questionários de avaliação, varia de bom a muito bom, mas é crescente o número de usuários do programa que estão procurando assistência de saúde complementar, por meio de seguradoras de saúde, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, o que aponta para a necessidade de investimento nessas regiões. Ademais, por meio do Projeto “Retrato da Família Militar”, são feitos levantamentos, atualizados anualmente, com vistas a aferir o grau de atendimento às demandas de saúde da população-alvo.

Como boa prática de gestão, vale ressaltar que os serviços de saúde das três Forças e o Hospital das Forças Armadas realizam auditorias técnicas internas e inspeções administrativas periódicas, através dos comandos militares superiores, e auditorias sistemáticas, através dos órgãos de controladoria de cada Força e do Ministério da Defesa, respectivamente

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL

OBJETIVO

Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 67.854.061,00	Empenho Liquidado: R\$ 66.345.438,00 Pago estatais: - Total: R\$ 66.345.438,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE EXECUÇÃO DE PESQUISAS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 60 em dezembro de 2005

Índice previsto ao final do PPA: 65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Tendo em vista que o índice de referência apurado em 2003 foi de 60%, verifica-se que não houve evolução até 2005. Infere-se, portanto, que a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, de 65%, é baixa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica e a contribuição de universidades e de centros de pesquisas em áreas de interesse da defesa, além do desenvolvimento da indústria nacional de defesa, são pressupostos básicos para a redução da dependência externa do país em ciência e tecnologia, sobretudo no que se refere aos recursos de natureza estratégica necessários para a defesa do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Prosseguimento do desenvolvimento do MAA-1B, que representa uma modernização e um avanço tecnológico de grande importância operacional para a Força Aérea Brasileira.
- Conclusão do desenvolvimento da aeronave AL-X.

- Iniciado o processo de adequação, desenvolvimento e calibração dos girômetros para atender a especificações em faixa larga de temperatura.
- Realização do levantamento do mosaico de áreas de interesse operacional da polícia militar de São José dos Campos, juntamente com o aerolevante de baixo custo.
- Utilização de radar de abertura sintética para captar veículos blindados, a fim de aperfeiçoar técnicas de reconhecimento automático de alvos militares.
- Conclusão da estação de solo do sistema de guiamento por Global Positioning System (GPS), da gestão da configuração e dos testes do software da plataforma de voo e do treinamento atrelado ao software.
- Obtenção de melhor seqüência de empilhamento das camadas de material cerâmico de aplicação aeronáutica, para a resistência balística mais eficaz.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R\$ 66.345.438,00, o que equivale a 98% do montante previsto, de R\$ 67.854.061,00. O fluxo de recursos sofreu o impacto dos contingenciamentos impostos pelo governo federal, que estabeleceu a proporção de 60% no primeiro quadrimestre, 25% no segundo e 15% no último, o que causou prejuízo em alguns serviços e compras.

Em algumas ações, o cumprimento da meta física situou-se abaixo do previsto, com destaque para a ação 5408 – “Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados”, em razão de especificidades de natureza técnica, que causaram dificuldades no cumprimento de prazos por parte de empresas contratadas, e também da carência de pessoal em alguns de seus projetos.

Quanto à infra-estrutura utilizada para a implementação do programa, destaca-se que os laboratórios destinados ao desenvolvimento de projetos necessitam de expressivos reparos.

Como diferencial na gestão do programa, deve-se ressaltar que, durante o exercício de 2005, foram realizadas reuniões mensais do Conselho de Direção para demonstrar os desempenhos de cada projeto e seu andamento financeiro e físico, ocasiões nas quais se definiram as providências a serem adotadas para sanar eventuais deficiências.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

TECNOLOGIA DE USO NAVAL

OBJETIVO

Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica, no âmbito da Marinha do Brasil, que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval.

PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 63.885.845,00	Empenho Liquidado: R\$ 54.861.578,00 Pago estatais: - Total: R\$ 54.861.578,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE EXECUÇÃO DE PESQUISAS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador do programa, medido pela “relação percentual entre o total de aquisições nacionais de meios de defesa naval e o total de aquisições internacionais”, não se vincula adequadamente ao objetivo e, dadas as dificuldades de aferição, não foi apurado. No entanto, já foi aprovada a substituição pelo indicador “Grau de Domínio”, na Revisão do PPA em 2005.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica e a contribuição de universidades e de centros de pesquisas em áreas de interesse da defesa, além do desenvolvimento da indústria nacional de defesa, são pressupostos básicos para a redução da dependência externa do país em ciência e tecnologia, sobretudo quanto aos recursos de natureza estratégica necessários para a defesa do país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão, no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), da montagem final do conjunto vaso de pressão e internos do reator do

Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE), empreendimento que visa à capacitação do país na geração de energia elétrica de origem nuclear e ao desenvolvimento futuro de sistemas de propulsão naval;

- Conclusão da rotina experimental de fechamento do vaso de pressão do reator.
- Continuidade do fornecimento das ultracentrífugas de enriquecimento de urânio para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que vem suprindo 2/3 das necessidades de urânio enriquecido das Usinas de Angra I e II, eliminando gastos vultosos com a importação de material.
- Prontificação do Sistema de Aquisição de Dados Acústicos, Magnéticos e de Pressão (SAAMP), projeto desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) para a coleta e armazenamento de assinaturas acústicas, magnéticas e de pressão de navios de superfície e de submarinos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R\$ 54.861.578,00, o que equivale a 86% do montante previsto de R\$ 63.885.845,00.

O programa utilizou integralmente os recursos orçamentários disponibilizados (Limite de Movimentação e Empenho). Todavia, em razão da insuficiência da dotação orçamentária e do contingenciamento, há riscos de conseqüências indesejáveis, tais como a perda de significativo patrimônio acumulado pelo Brasil, ao longo da execução do programa, e a possível demissão de pessoal altamente qualificado.

Quanto ao fluxo de recursos, deve-se ressaltar que a liberação parcelada dos recursos no transcorrer do exercício implicou na inscrição de despesas em restos a pagar para 2006 e na postergação da execução de diversas atividades do programa, com prejuízos para a capacitação dos recursos humanos empregados.

O cumprimento das metas físicas ocorreu em conformidade com a disponibilidade de recursos, no entanto, muito abaixo do necessário.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PI, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

No que se refere à infra-estrutura para execução do Programa, saliente-se que os recursos materiais das equipes executoras são insuficientes, necessitando-se de contínua atualização e modernização de laboratórios, métodos e processos. Ademais, em face da insuficiência dos recursos alocados, as equipes executoras têm sido desviadas para atividades relacionadas à obtenção de recursos por prestação de serviços, desviando o foco de suas atividades e sem o necessário investimento em requalificação e atualização.

No que tange aos recursos humanos, no caso específico do “Programa Nuclear da Marinha”, vêm ocorrendo perdas decorrentes de passagem de pessoal para a inatividade, sem a necessária reposição. Para a correção desta tendência, faz-se necessário o aporte de recursos que permitam a retirada do programa do “estado vegetativo”.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa é caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil e, caso sejam mantidos os patamares orçamentários semelhantes aos verificados no exercício em comento e nos anteriores, corre o risco de descontinuidade. Os recursos alocados sequer são suficientes para a manutenção de sua vida “vegetativa”, o que gera impacto negativo na preservação dos recursos humanos, na pesquisa e no desenvolvimento do ciclo de combustível e na construção do protótipo do reator. Isto implica a perda de significativo patrimônio acumulado pelo Brasil ao longo do programa, e a possível demissão, a partir de agosto de 2006, de pessoal altamente qualificado.

O Sistema de Ciência e Tecnologia da Marinha encontra-se em reestruturação, de modo a aumentar a eficiência e integração dos diversos setores internos ligados à pesquisa, desenvolvimento e engenharia e a medir a efetividade do Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE

OBJETIVO

Pesquisar, desenvolver e avaliar material de emprego dual de interesse do Exército e das demais forças singulares.

PÚBLICO-ALVO

Exército Brasileiro e utilizadores nacionais de tecnologia militar.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 13.395.001,00	Empenho Liquidado: R\$ 13.390.058,00 Pago estatais: - Total: R\$ 13.390.058,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 44 em 6/10/2004
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O Indicador não foi aferido em 2005, pois a metodologia do Plano Básico de Ciência e Tecnologia, fonte de dados para o cálculo, encontra-se em fase de implantação no Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica e a contribuição de universidades e de centros de pesquisas em áreas de interesse da defesa, bem como o desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa, são pressupostos básicos para a redução da dependência externa em ciência e tecnologia, sobretudo quanto aos recursos de natureza estratégica necessários para a defesa do país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Projeto, montagem e entrega do protótipo do módulo de telemática.
- Primeira obtenção de fibra de carbono do piche mesofásico.
- Definição do módulo para projeto de Viatura Blindada.
- Projeto e início de montagem do módulo tático de Guerra Eletrônica.

- Construção de protótipo de morteiro 81 mm.
- Desenvolvimento do primeiro protótipo de simulador de tiro.
- Projeto e construção de assento balístico para helicóptero.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução financeira alcançou o valor de R\$ 13.390.058,00, praticamente 100% do montante previsto de R\$ 13.395.001,00 e as metas físicas das duas ações do programa foram integralmente atingidas.

O monitoramento do desempenho das ações é realizado por meio de reuniões semanais da equipe executora, mais uma reunião anual para avaliação de resultados.

Embora a implementação do programa tenha ocorrido dentro do previsto, sofreu impacto negativo dos seguintes fatores: insuficiência de recursos materiais, necessidade de incremento tecnológico nos laboratórios, necessidade de atualização no acervo bibliográfico e quantidade insuficiente de recursos humanos. Esses fatores demandaram ajustes no planejamento, com o objetivo de não afetar a consecução dos resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Alterar o objetivo do programa para “Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio de pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infraestrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, além de contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa”.